

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano IX – Nº. 48 – nov./dez. 2016



Mala Direta
Básica

9912340195/2013-DR/RJ
Fiocruz



ENSINO MÉDIO ABAIXO DA MÉDIA?

ENTREVISTA

Marcio Pochmann alerta para os riscos da uberização do trabalho

ATAQUE AOS DIREITOS

PEC do teto de gastos retira recursos de políticas sociais



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano IX - Nº 48 - nov./dez. 2016

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editores e Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias / Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca / Maycon Gomes

Capa

Foto: Movimento Estudantil Colégio Pedro II unidade Niterói

Ilustração

Caco Xavier

Mala direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Comunicação Interna

Talita Rodrigues

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

COAN Industria Gráfica Ltda

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Isabela Cabral, Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Beatriz de Noronha / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Maria Cecília Carvalho / Marcela Pronko / Páulea Zaquini / Paulo César de Castro Ribeiro / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossigneux / Telma Frutuoso / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha

..... PANORAMA

2

..... RADAR DOS TÉCNICOS

4

..... CAPA

Ensino médio subtraído 6

..... ENTREVISTA

Marcio Pochmann – “A Uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores” 16

..... ATAQUE AOS DIREITOS

Mais perto do fim do mundo 20

..... PÚBLICO E PRIVADO NA SAÚDE

Uma segunda alma para o SUS 26

..... DICIONÁRIO

Liberdade 31



Receba a Poli: formulário pelo site www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site www.epsjv.fiocruz.br



ANTONIO AUGUSTO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

» Mudanças no pré-sal

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de outubro, o texto base do projeto de lei que desobriga a Petrobras de participar de todos os consórcios de exploração dos campos do pré-sal. De autoria do então senador José Serra (PSDB-SP), o PL 4567/2016 foi aprovado com amplo apoio da base do governo Michel Temer, por 292 votos favoráveis contra 101. A oposição fez críticas à aprovação. A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) argumentou que a medida deve significar uma perda de recursos para a educação. Em pronunciamento no plenário da Câmara, ela argumentou que uma eventual ausência da Petrobras na exploração do campo de Libra – leiloado em 2013 para um consórcio formado pela estatal brasileira, que deteve 40% de participação no campo, e

mais quatro empresas –, provocará uma perda na arrecadação tributária da ordem de R\$ 100 bilhões. Isso significaria um corte de recursos para a educação, uma vez que, segundo a deputada, 40% desse montante seria alocado para o Fundo Social do Pré-Sal, que, por lei, deve destinar 50% dos seus recursos ao financiamento da educação e da saúde.

» Organização do SUS: mudanças à vista?

O Ministério da Saúde quer alterar a forma de organização do Sistema Único de Saúde. O ministro Ricardo Barros, editou, no final de agosto, uma resolução criando um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para elaborar proposta de revisão do decreto 7.508/2011, que regulamenta dispositivos da lei 8080/90, a Lei Orgânica da Saúde. Formado por representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Executiva da CIT, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o grupo deve apresentar sua proposta até o início de dezembro. O decreto 7.508, entre outras medidas, estabeleceu parâmetros para a regionalização do SUS com a criação do Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap), instrumento de articulação interfederativa para garantir o direito integral à saúde mesmo em municípios pequenos onde não há serviços de média e alta complexidade. Para Gilberto Estrela, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), no cenário atual, “marcado por uma afinidade cada vez maior do ministério com interesses privados da saúde”, bem como pela possível aprovação da PEC 241, que deve significar menos recursos públicos para a área nos próximos anos, há um grande risco de que a

proposta de revisão da organização do SUS favoreça a iniciativa privada. “Nós vínhamos em um processo de expansão da institucionalização das regiões de saúde no país. Agora, com o desfinanciamento do SUS e a redução dos recursos para ações de média e alta complexidade na rede pública, eu acredito que esse processo deve ser inviabilizado, o que levaria a uma redução da integralidade do SUS. A tendência é que o enfoque dessa revisão seja enfatizar as ações de atenção básica no sistema público e acenar para uma abertura para o mercado privado de serviços de média e alta complexidade na saúde”, projeta.



Massacre impune

MARCELO CAMARGO/ABR



O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou os julgamentos de 74 policiais militares condenados por participarem do Massacre do Carandiru. Para o relator do processo, o desembargador Ivan Sartori, os policiais responsáveis pela morte de 111 presos agiram em “legítima defesa” em uma incursão da PM em outubro de 1992 para debelar uma rebelião na hoje extinta penitenciária da capital paulista. Entidades de defesa dos direitos humanos criticaram duramente a decisão. A Pastoral Carcerária Nacional emitiu nota de repúdio em que afirmou que

a anulação “apenas escancara essa cumplicidade do Judiciário e o seu ‘rigor’ seletivo na aplicação das normas penais. É sobre os pretos, pobres e periféricos desse país que recai o tratamento estatal mais brutal, bem como as interpretações mais tirânicas da lei”, criticou. A Pastoral lembrou que a população prisional brasileira saltou de 114 mil pessoas na época do massacre para 620 mil atualmente e que nesse período nada foi feito para reverter as condições aviltantes em que os detentos são mantidos no país. “Ainda que seja totalmente repudiável a tentativa de reescrever a história do massacre e validar teses absurdas como a ‘legítima defesa’, a punição dos agentes mais óbvios desse crime não irá frear a barbárie em curso. O desencarceramento e a desmilitarização das polícias precisam estar em nosso horizonte imediato de lutas”, reivindicou a Pastoral.



Bayer compra Monsanto

A multinacional alemã Bayer comprou no dia 14 de setembro a Monsanto por US\$ 66 bilhões. Com a aquisição, que ainda precisa ser aprovada por órgãos reguladores, a Bayer deve desbancar a Syngenta e se tornar a líder no mercado de agrotóxicos no Brasil, maior consumidor desses venenos no mundo. Segundo matéria do jornal Valor Econômico, o mercado de agrotóxicos no país movimentou em 2015 US\$ 9,61 bilhões. Com a compra, a fatia da multinacional alemã deve passar de 17% para 22% desse mercado, ou cerca de US\$ 2 bilhões. A Bayer passará a controlar também o mercado de sementes transgênicas no país, que é o terceiro maior consumidor desses produtos do mundo e considerado um dos mercados com maior potencial de crescimento do planeta. A Bayer também detém uma parcela significativa do mercado global de medicamentos. “Estamos falando de um impacto brutal para a saúde e a segurança alimentar”, alerta André Burigo, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). “É um poder capaz de induzir a regulação de agrotóxicos, transgênicos e medicamentos em vários países ao mesmo tempo, de acordo com interesses corporativos. Isso significa que elas podem definir preços de insumos agrícolas, impor regras de regulação e ir ampliando os mercados para os seus produtos”, afirma Burigo. E isso principalmente nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, que, segundo ele, têm sistemas regulatórios mais frágeis e são mais suscetíveis às pressões desses grupos econômicos. “É o caso do Brasil, onde atualmente a gente está passando por um momento de grande ataque sobre a regulação dos agrotóxicos e transgênicos”, conclui.



Férias demais??

O Ministério do Trabalho se viu novamente envolvido em controvérsia. A pasta encabeçada por Ronaldo Nogueira, que em setembro defendeu a regulamentação da jornada de trabalho diária de 12 horas no Brasil, foi alvo de críticas por conta de um vídeo publicado no perfil do ministério no Facebook no dia 9 de outubro. O vídeo continha informações sobre os dias de férias aos quais os trabalhadores têm direito anualmente em vários países do mundo, afirmando que o Brasil seria o país que mais concede férias: 30 dias por ano. Só que para chegar a essa conclusão foram comparados países como o Brasil, em que a legislação estabelece as férias em dias corridos, com outros em que esse cálculo é feito em dias úteis, ou seja, sem contar feriados e fins de semana. Dessa forma, a legislação brasileira garante 20 dias úteis de férias aos trabalhadores por ano, número que, de fato, é superior ao que é garantido pela lei em países como Argentina (10), Canadá (10), Bolívia (13) e Chile (13). No entanto, em vários outros locais o período de férias é maior. É o caso do Reino Unido, com 28 dias úteis, e também Dinamarca e Suécia, cujas legislações estabelecem um período mínimo de 25 dias úteis de férias anuais aos seus trabalhadores. Vários usuários do Facebook comentaram a publicação chamando atenção para o erro; outros ainda levantaram a suspeita de que o vídeo seria parte de uma campanha com o objetivo de legitimar futuras reduções de direitos dos trabalhadores no Brasil. No dia seguinte à publicação, o MTE emitiu uma errata admitindo que as informações divulgadas pelo vídeo estavam incorretas por conta de um “erro de apuração” e garantiu que a publicação não tinha fins publicitários. Em seguida, o vídeo foi removido do perfil do ministério na rede social.

RODRIGO NUNES/MS



UM ÚNICO AGENTE?

Uma das propostas apresentadas no VII Fórum Nacional de Gestão da Atenção Básica, que aconteceu em Brasília entre 18 e 20 de outubro, foi unificar os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias em um único profissional, extinguindo as duas profissões. O objetivo, segundo o documento-síntese do encontro, seria promover a integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde. “Ao afirmar isso, os gestores responsabilizam um único trabalhador pela integração desses campos quando são as políticas públicas que devem promover essa articulação”, critica Mariana Nogueira, uma das coordenadoras do curso técnico de ACS da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Para ela, essa e outras propostas que surgiram da reunião precisam ser analisadas sob a ótica do processo crescente de retirada de direitos do trabalho e do ajuste fiscal em curso. “Como ficaria a legislação que garante uma série de direitos para o agente comunitário e o agente de combate às endemias? Transformar ACS e ACE em um único agente poderia prescindir da legislação? É provável que sim. Ao criar um novo agente que não tem nenhum direito trabalhista assegurado você vai poder flexibilizar os contratos de trabalho, diminuir os custos para a gestão municipal e federal e isso vai ao encontro do que propõe a PEC 241”, sugere.

Flexibilizar a quantidade de pessoas cobertas pelas equipes de acordo com “a necessidade sanitária do território” e diferenciação de regimes de traba-

MOBILIZAÇÃO CONTRA VETOS

A Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs) e a Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Fenasce) estão se mobilizando para derrubar, no Congresso, os vetos do presidente Michel Temer ao PLC 210/2015, que garantia um conjunto de benefícios sociais e trabalhistas para essas duas categorias. A partir do dia 3 de novembro, o veto passa a obstruir a pauta do Congresso. Por isso, a mobilização foi marcada para o dia 8, quando está prevista a próxima sessão do plenário.

lho, carga horária e vínculo também em função das especificidades do território são exemplos de outras propostas polêmicas que surgiram do Fórum. De acordo com o documento final, elas representam “consensos estabelecidos” que deverão subsidiar as discussões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) sobre a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). De acordo com o cronograma da CIT, antes desse processo de revisão seriam feitas duas reuniões da Mesa de Negociação – em julho e agosto – com a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), a Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Fenasce) e sua Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) vinculada à Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Nenhuma reunião aconteceu. E o Ministério da Saúde também não convidou as categorias para o Fórum.

A 2ª Plenária em Defesa do Sistema Único de Saúde realizada no Rio de Janeiro aprovou uma moção de repúdio à forma como esse processo está se dando. “Repudiamos o método utilizado para a revisão da PNAB, que não vem sendo realizada em fóruns ampliados de participação popular ou pautada nas Conferências de Saúde, mas a portas fechadas, com a participação majoritária de gestores em detrimento da participação dos movimentos sociais e entidades representantes dos interesses dos trabalhadores da atenção básica”, diz o texto.

O texto do PLC 210/2015 foi sancionado por Temer mas apenas com um dos artigos que compunham o projeto original, excluindo, por exemplo, os trechos que garantiam recursos do Fundo Nacional de Saúde para financiar cursos técnicos para esses profissionais e o pagamento de adicional de insalubridade.

REGULAMENTAÇÃO DO CUIDADOR

Está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/2016, que regulamenta a profissão de cuidador, reconhecendo como especificidades o cuidado da pessoa idosa, do idoso com doença rara, da criança e da pessoa com deficiência. De acordo com o texto, o trabalho envolve “ações domiciliares, comunitárias, ou institucionais de cuidado de curta ou longa permanência, individuais ou coletivas, visando à autonomia e independência, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer”.

Segundo a proposta, estão aptos a exercer essa profissão todos aqueles que tiverem concluído o ensino fundamental e curso específico de qualificação profissional. Quem já exerce essa atividade há pelo menos dois anos pode ter a profissão regulamentada mesmo sem curso de qualificação, tendo que cumprir essa exigência em até três anos após a data de promulgação da lei.

Pelo texto aprovado até agora, é necessário ainda que o profissional dessa área tenha completado 18 anos – exceto nos casos de estagiário e aprendiz –, apresente atestado de aptidão física e mental e comprove que não tem antecedentes criminais. Esses são, na opinião de do professor-pesquisador Daniel Groisman, coordenador do curso de cuidador de idoso da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), dois problemas importantes do projeto. “É como se as pessoas tivessem que provar que não são desonestas e que não têm problemas de saúde quando outros profissionais que também lidam com o cuidado não precisam de nada disso”, diz, criticando que critérios como esses possam impedir alguém de exercer a profissão. “Se o empregador quiser, ele pode pedir um exame admissional ou fazer uma pesquisa de antecedentes, mas isso nunca deveria estar na lei”, opina.

Outro problema, na avaliação do professor, é o fato de o PLC permitir que o cuidador seja contratado como Microempreendedor Individual (MEI), porque isso pode fragilizar a proteção dos direitos trabalhistas desses profissionais. Daniel explica que esse projeto, de autoria do deputado Felipe Bornier (PMDB-RJ), originalmente propunha regulamentar a profissão de babá. Ao longo da tramitação ele foi sendo modificado até chegar ao texto que está sendo analisado hoje.

Em paralelo, outro projeto, que trata de tema semelhante mas teve origem no Senado, está parado na Câmara desde 2012. De acordo com Daniel, o PL 4702/2012, de autoria do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), passou por consulta e audiências públicas e, embora também não seja o ideal, pôde ser mais discutido e chegar a um resultado melhor. Nesse caso, no entanto, o texto trata especificamente da regulamentação da profissão de cuidador de pessoa idosa.

RET-SUS NO PRONATEC

O Ministério da Saúde passou a atuar como demandante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Fruto de um acordo técnico firmado com o Ministério da Educação, algumas instituições que compõem a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) passarão a participar do Programa. O objetivo é expandir e interiorizar a oferta de vagas em cursos técnicos da saúde, já que as ETSUS têm experiência e infraestrutura para oferecer turmas descentralizadas. “A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores”, explica o site da Rede. Até agora, o MEC disponibilizou apenas 8% das vagas solicitadas pelo Ministério da

PÚBLICOS PRIORITÁRIOS NO PRONATEC

Foi aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, em outubro, o substitutivo de um Projeto de Lei que aponta públicos prioritários para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Juntando o conteúdo de quatro PLs (nºs 5976/2013, 7546/2014, 8017/2014 e 2182/2015), o novo texto deve priorizar mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar; emigrantes brasileiros que tenham retornado ao país; e adolescentes entre 16 e 18 anos que participem dos Serviços de Acolhimento Institucional, em República ou em Família Acolhedora – em versão anterior, o projeto falava apenas em jovens que vissem em orfanato. Já aprovada na Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta será analisada de forma conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Tramita também na Câmara o PL 5345/2016, que propõe incluir mulheres e jovens que vivem em assentamentos da reforma agrária como beneficiários do Pronatec. Esse projeto passará ainda pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e pela CCJ.

Saúde. Também só poderão participar as ETSUS vinculadas a uma instituição que já seja ofertante. Das 40 escolas que compõem a rede, apenas quatro estão hoje nessa condição: as do Acre e do Amapá, que são vinculadas à Secretaria Estadual de Educação, a do Amazonas, ligada à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, e a Escola Técnica da Universidade de Montes Claros. A maior parte das ETSUS é vinculada à Secretaria de Saúde do seu estado.



Secundaristas protestam contra a reforma do ensino médio na Av. Paulista

ENSINO MEDIANO

Proposta de reforma do ensino médio revolta professores, estudiosos da educação e estudantes. Temor é de que mudança, ao contrário do que promete o governo, resulte numa formação rebaixada para a maior parte dos jovens com o engessamento do currículo e da escola

André Antunes

Raquel Júnia

O dia 22 de setembro de 2016 pode ficar para a história da educação brasileira como o dia em que mais uma reformulação profunda foi imposta ao ensino médio. Por meio de uma medida provisória, a MP 746, o governo Temer quis dar uma nova cara à última etapa da educação básica com a promessa de uma formação mais atrativa e flexível para a juventude. O que estava sendo vendido como gato, no entanto, foi rapidamente denunciado como lebre, e a reação foi imediata. Dezenas de entidades e pesquisadores da educação se pronunciaram nos momentos seguintes contra o que consideram um enorme retrocesso e, algumas semanas depois, estudantes começaram a ocupar escolas em todo o país denunciando não só a medida, como também a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que congela por 20 anos os investimentos do governo federal, e que também afeta significativamente a educação (Leia mais na página 20). Durante o fechamento desta edição, enquanto a MP 746 tramita em uma comissão especial no Congresso, mais de mil escolas permanecem ocupadas em todo o país e várias entidades continuam mobilizadas contra a medida.

O conteúdo da reforma, no entanto, não é exatamente uma surpresa: há três anos tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei com o mesmo tema (PL 6840/2013), de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que já foi aprovado em uma comissão especial e aguarda apreciação do plenário. A MP atropela o PL exatamente com a justificativa da demora na votação. “Se você quiser fazer uma mudança que gere efeito, isso é como uma roda gigante muito grande, demora para dar uma volta, imagina dar duas, três voltas como a gente precisa. Se deixa para aprovar essa lei em 2019, você começa a aplicar isso em 2021. Para fazer essa roda gigante girar, você precisa acelerar esse processo de definição. E é isso que a Medida Provisória traz”, justifica o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Rossieli Soares. A MP precisa ser aprovada no Congresso até o dia 2 de março de 2017 para que vire lei, caso contrário, perde a eficácia.

Apontando a existência de 1,7 milhão de jovens fora da escola, o secretário afirma que a MP teve o mérito de fomentar a discussão. “O impressionante é que agora absolutamente todo mundo no Brasil debate graças à existência da Medida Provisória, porque senão ia continuar sendo aquela discussão de quando sai o resultado [do Ideb]: todo mundo fala que está ruim e ninguém faz nada”, sustenta Rossieli.

Os estudantes, em nome dos quais o governo diz estar fazendo a reforma, vêm, no entanto, discordando do conteúdo e do método do governo. “A gente diz há muito tempo que o ensino médio precisa de uma reforma, mas está longe de ser a reforma proposta pelo governo”, critica Bia Martins, estudante da Escola Técnica Ferreira Viana, da rede Faetec, no Rio de Janeiro, e tesoureira da Federação Nacional dos Estudantes das Escolas Técnicas (Fenet), entidade que está ajudando a organizar as ocupações contra a MP 746. Bia define quais seriam as mudanças desejadas pelos jovens que participam do movimento. “Não queremos redução de matérias. A principal mudança que precisávamos é da didática. A escola é considerada um espaço chato porque a gente não consegue ter maneiras mais interativas para aprender. É possível aprender matemática com música, aprender biologia estudando as condições do nosso corpo, com muito mais interação do que temos hoje. Achamos que isso deveria ser o foco de uma reforma, além de mais investimento para construção de laboratórios, valorização dos professores”, defende.

Para o professor Paulo Carrano, coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e primeiro secretário da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o discurso do MEC de que nada tem sido feito para melhorar o ensino médio no Brasil simplifica a realidade da educação. Carrano acredita que as soluções apresentadas na reforma desconsideram as mensagens que os estudantes têm passado. “Esse discurso é ofensivo àquele professor que acorda todo dia para fazer alguma coisa para melhorar a educação no Brasil, com as condições que o Estado oferece a ele, que são muito precárias. É uma falta de respeito também com os jovens que, durante todo o ano passado e boa parte deste ano, se organizaram em ocupações para reagir a medidas autoritárias, tais como essa, para apontar coletivamente, de maneira dialógica, e não sem criar conflito, caminhos para a educação”, critica. O professor demonstra as contradições entre a reforma atual e as bandeiras levantadas pelos jovens nas recentes mobilizações. “Eles falaram: ‘nós não somos páginas em branco, somos sujeitos de experiências, de valor e de saberes’. O governo federal praticamente ignorou todo esse protagonismo dos estudantes e começou a falar por eles. Essa é outra usurpação que essa medida provisória faz, que é se arrogar da prepotência de dizer o que é melhor para os jovens”, aponta.

Liberdade de escolha?

Ao apresentar a MP 746, o governo recorreu a um diagnóstico bastante conhecido: o alto índice de abandono dos estudos no Ensino Médio e o baixo desempenho dos estudantes no Ideb (Índice de Desempenho da Educação Básica) que mede, por meio de provas de português e matemática, o quanto eles apreenderam nessa etapa de ensino. Segundo os dados do próprio governo no texto de justificativa da MP, de 2005 a 2011, o Ideb no ensino médio cresceu 8% mas, de 2011 até 2015, ficou estagnado em 3,7, quando a meta estabelecida pelo governo era atingir 4,3.

Diante do quadro, a solução apresentada consiste em tornar obrigatórias nos três anos do ensino médio apenas as disciplinas de português e matemática, em

consonância com a tentativa de melhoria nos resultados do Ideb. O ensino da língua inglesa também é obrigatório, mas não em todos os anos. Todos os outros conteúdos comuns a esta etapa de ensino ficariam a cargo da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que, no entanto, ainda não está definida. Embora não se saiba como será essa Base, já está certo pela MP que ela deve caber em no máximo 1.200 horas, ou seja, metade da carga horária total do ensino médio, que atualmente é de 2.400 horas. O que os estudantes farão na outra metade da formação? Aí é que entram o que a MP chama de itinerários formativos. Pelo texto, o estudante poderá escolher entre cinco áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Segundo o MEC, essa flexibilidade dará liberdade de escolha para os estudantes. Mas é exatamente neste ponto que a MP mostra uma das suas muitas contradições: a oferta de todos esses itinerários pela mesma escola não está garantida. O texto fala apenas que os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área, o que significa, na prática, que pode haver escolas nas quais os estudantes só vão ter uma opção. “Da maneira como está feito, não são os jovens que vão escolher o leque formativo, são os estados que vão oferecer dentro das suas conveniências e capacidades. É como se eu fosse a um restaurante, e o restaurante me apresentasse um cardápio de uma única folha dizendo: o prato executivo é esse. Quando muito, dois pratos”, alerta Paulo Carrano.

Em um cenário de aprovação da MP 746, com a limitação de 1.200 horas para a BNCC, o itinerário formativo ocupará, portanto, metade ou mais da formação dos estudantes. Isso tendo em vista ainda que uma das primeiras alterações trazidas pela MP é exatamente o aumento progressivo da carga horária mínima anual dessa eta-

pa de ensino, que passaria das atuais 800 horas para 1.400 horas, o que equivaleria a 4.200 horas para os três anos do ensino médio. A mudança, segundo o governo, visa atender as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece um aumento das escolas de tempo integral no ensino médio de forma a atingir 25% dos alunos até 2024. Por isso, ao anunciar a reforma, o governo apresentou também um programa de fomento às escolas de tempo integral, regulado pela **portaria 1.145**, do último dia 10 de outubro.

A MP modifica também outros pontos da Lei de Diretrizes e Bases da

A portaria 1.145, lançada após a MP, que normatiza o fomento às escolas de tempo integral, lançou ainda mais dúvidas sobre o quanto vai ser dedicado a cada conteúdo com a reforma e a real preocupação do governo ao promover as mudanças. A portaria estipula cargas horárias específicas de dez horas apenas para as disciplinas de português e matemática. A publicação da portaria levantou dúvidas se nas escolas de tempo integral haverá um reforço na oferta das duas disciplinas, caso a reforma seja aprovada. Segundo Rossieli Soares, isso não significa mais tempos de português e matemática, mas sim que, dentro da BNCC, as duas disciplinas devem ocupar 20 horas por semana. A portaria afirma também que 18 horas devem ser dedicadas ao que o MEC está chamando de parte flexível, que são conteúdos a serem definidos pelas redes. Já em 2017, independentemente da aprovação da MP os estados que apresentarem propostas ao MEC já poderão ter escolas funcionando com a carga horária ampliada. Já a implementação dos itinerários formativos expressos na Medida Provisória estão condicionados à elaboração da BNCC.

Educação Nacional (LDB) ao tornar, por exemplo, os conteúdos de artes e educação física obrigatórios apenas na educação infantil e ensino fundamental, e retirar ainda a obrigatoriedade da oferta de filosofia e sociologia no ensino médio. Diante da polêmica gerada pelas mudanças, o governo garantiu publicamente que esses conteúdos vão estar presentes na carga horária destinada à BNCC. Mas, interrompido com a chegada do então presidente interino Michel Temer, o processo de definição final da Base ainda é uma incógnita.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Marise Ramos considera que, sob o discurso de dar mais liberdade para os estudantes, a MP esconde uma redução da formação. “A maldade, digamos assim, desta reforma é que ela reduz drasticamente o que podem ser os interesses da juventude, inclusive sem ouvir a comunidade educacional e os próprios estudantes. Sabe o que eles dizem na MP que são os interesses do jovem? Ter uma formação mínima. A síntese dessa medida é uma formação precária, que vai se tornar realidade, principalmente, para os filhos da classe trabalhadora”, alerta, acrescentando que as escolas estaduais, onde estudam os mais pobres, serão as mais prejudicadas com a reforma. “Uma escola de elite pode tranquilamente optar por oferecer todos os itinerários e fazer arranjos que permitam o aprofundamento da formação geral, até porque essas escolas não têm problemas de espaço físico e nem de falta de professor. São as escolas dos sistemas públicos que vão fazer efetivamente a redução. Então, você tem reiterada e legalizada uma dualidade por dentro do sistema de ensino”, destaca.

Formação dual

Ao incluir entre os chamados itinerários formativos a formação técnica e profissional, a MP retoma a possibilidade de o ensino técnico estar dentro da carga horária dedicada ao ensino médio. Para Marise, a MP traz de volta uma concepção bastante combatida na educação: de uma formação fragmentada e dual. “O parágrafo 2º do Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que foi revogado por essa MP, dava uma especificidade ao ensino médio com a formação profissional, mas essa possibilidade tinha como preceito assegurar a formação geral, pois a formação profissional só podia acontecer mediante acréscimo da carga horária. Então, as 2.400 horas hoje regulamentadas são de formação básica, e sob o princípio de uma formação unitária”, explica. Segundo Marise, a reforma retoma leis das décadas de 1960 e 1970 que impunham a fragmentação da formação. “Agora, simultaneamente o governo consegue trazer o que tem de pior em duas leis passadas: a 4.024, de 1961, porque restringe a formação dos estudantes nas áreas específicas, a exemplo do que foi o científico e o técnico profissional, e ressuscita a 5.692, de 1971, numa lógica de um currículo de 50% para formação geral e 50% para formação técnica”, alerta.

A falta dos conteúdos gerais seria, então, ainda mais perceptível no caso dos estudantes que cursarem o itinerário da formação técnica. Assim, uma das preocupações é que isso aprofunde o funil que já existe para o acesso à universidade, agora com um efeito anterior: a negação, no ensino médio, dos conhecimentos necessários para que os jovens mais pobres possam ter boas notas no Enem e nos vestibulares. “A preocupação do governo não é colocar ninguém na universidade, é botar no ensino técnico e jogar no mercado de trabalho para apanhar, porque o técnico que está sendo proposto é muito superficial, então o cara ainda vai entrar no mercado de trabalho sem saber nada”, preocupa-se Bia Martins, da Fenet. “Precisamos de um ensino médio que garanta as condições de estarmos na universidade ou de sermos técnicos bons o suficiente, o que hoje

BNCC

A Base Nacional Curricular Comum começou a ser elaborada em 2015 sob a coordenação do Ministério da Educação. O documento entrou em consulta pública no final do mesmo ano e em abril de 2016 foi divulgada a segunda versão. Já sob o governo Temer, o processo de construção do documento que deveria ser entregue até junho ao Conselho Nacional de Educação foi paralisado e uma nova previsão de entrega foi definida para novembro, após a realização de seminários estaduais. Agora, segundo o MEC, após a publicação da MP 746, a previsão é que a base seja enviada ao CNE para definição final em março de 2017.

A primeira e a segunda versão divulgadas ainda no governo Dilma Rousseff receberam diversas críticas tanto em relação ao processo de construção do documento, elaborado por especialistas convidados pelo MEC, quanto ao formato. Entidades e pesquisadores da educação identificavam nos objetivos de aprendizagem descritos na Base a prevalência de um modelo de educação baseado em exames de larga escala e apostilamento de forma a favorecer interesses privatizantes. A própria necessidade de uma BNCC também não é um consenso, apesar de tanto a LDB quanto o Plano Nacional de Educação falarem sobre o documento. Agora, com a MP, a Base ganha outro protagonismo, uma vez que é sob ela que devem estar todos os conteúdos de formação geral. “Uma incongruência muito grande é que muitas lacu-

nas dessa medida provisória estão para ser sanadas com uma Base Nacional Comum Curricular que não existe. É um contrassenso”, analisa o primeiro Secretário da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Paulo Carrano.

De acordo com o Secretário de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares, a terceira versão da base será muito diferente das anteriores exatamente porque precisa se adequar a essa carga horária menor de 1200 horas. A MP diz que o documento deve ser aprovado pelo CNE e a aplicação da reforma passa a valer no ano seguinte à publicação da Base desde que haja um intervalo de 180 dias entre a publicação e o ano letivo. Ou seja, para a reforma vigorar a partir de 2018, a BNCC deve ser publicada no máximo até junho do ano que vem, o que, segundo o próprio MEC, não deve acontecer. Rossieli afirma que o mais provável é que a MP, caso seja aprovada, só seja implementada de fato a partir de 2019. Os pesquisadores ouvidos pela Poli apontam a contradição nas ações do Ministério. “Só tem sentido utilizar uma medida provisória se ela produzir efeito imediato que possa evitar um prejuízo pela demora da aprovação de uma lei. Como a MP 746 apresenta uma pendência na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, ela não produz efeito imediato no currículo do ensino médio. Uma medida emergencial sem emergência. É algo sem precedentes”, observa Artexes.

já não é a realidade”, complementa a estudante.

A justificativa do MEC para a inclusão do ensino técnico como itinerário formativo reforça a percepção da Fenet de que não é preocupação do governo ampliar o acesso dos jovens à universidade. “O ensino médio tem que dar opções para os estudantes que também não querem seguir para o nível superior. Apenas 16% ou 17% dos jovens vão para a universidade. Quase 50% dos alunos nem se inscrevem para participar disso”, afirma Rossieli. Mas a reforma proposta não naturaliza esse quadro, uma vez que boa parte dos jovens hoje sequer enxerga a universidade como horizonte? Para o secretário, é uma questão de capacidade

de oferta: “Nós temos uma limitação cívica, o Plano Nacional de Educação define um limitador de alcançar esse percentual de 33% em 2024. E os outros 67%, farão o quê? Então se a gente chegar a esse mundo de 2024 buscando alcançar essa meta, o que a gente faz com os outros jovens, que resposta a gente está dando, que equidade é essa que eu estou [promovendo] ao dizer para os alunos que eles precisam seguir esse caminho? Ora, você não é obrigado, tem muitos alunos que querem buscar ensino técnico”, defende. Segundo Rossieli, o número de estudantes de cursos técnicos aprovados no vestibular é “elevadíssimo”, o que derrubaria o argumento de que, ao escolherem o itinerário da formação profissional, esses jovens teriam suas chances de entrada na universidade reduzidas. Entretanto, os aprovados a que ele se refere são egressos dos cursos técnicos oferecidos pelas regras atuais, anteriores à MP, nos quais não há redução dos conteúdos gerais, mas sim a formação profissional de forma integrada ou concomitante, com ampliação da carga horária. O melhor exemplo são os cursos oferecidos pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ou da própria EPSJV/Fiocruz (Leia mais na página 15) que, inclusive, costumam ter notas altas no Enem. Sobre isso, o Secretário de Educação Básica diz apenas que o modelo do ensino médio integrado à educação profissional “não é replicável para todo o Brasil”.

De fato, oferecer aos estudantes um ensino médio de qualidade demanda investimento. A reitora do Instituto Federal Catarinense, Sônia Regina de Souza, descreve as condições oferecidas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, responsável por 12% das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional no país. “Nossos professores na sua maioria têm 40 horas com dedicação exclusiva, têm tempo para planejamento, pesquisa, extensão, têm condições de trabalho. Na sua maioria, os institutos têm laboratórios e toda uma infraestrutura”, detalha. De acordo com a reitora, a evasão, “uma das justificativas do governo para apresentar a MP”, é significativamente menor nos Institutos em comparação com as escolas das redes estaduais. “A evasão é menor justamente pelas condições que nós temos. Hoje os estudantes da rede federal têm assistência estudantil, alimentação, transporte, material didático, bolsa de pesquisa, bolsa de extensão, e isso faz com que eles não se evadam, que não precisem ir trabalhar e consigam se dedicar aos estudos. Esse é um diferencial, e nós queremos que se constitua para todas as redes, não apenas a federal”, afirma.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Nacional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que reúne os reitores dos institutos, também divulgou uma carta se posicionando contra a MP 746, criticando o que chamou de retrocesso na formação integral dos jovens e repudiando a possibilidade aberta pela medida de reconhecimento a profissionais com “notório saber” para o exercício da docência, o que, na opinião do conselho, precariza as relações de trabalho e a formação dos estudantes. Segundo Sônia, o Conif também tem preocupação com o futuro da educação profissional articulada com o ensino médio, já que a portaria ignora esse formato. “Caso nós tenhamos que aderir a esse modelo da medida provisória, vai ser um retrocesso muito grande para a história da educação profissional, [a perda de uma] conquista recente, porque se deixa de ter essa formação integrada, que é diferente de formação de tempo integral”, reforça. Sobre essa preocupação, o representante do MEC assegurou que as modalidades de educação profissional concomitante, subsequente e integrada ao ensino médio, conforme previsto na LDB, vão continuar existindo. De acordo com Rossieli, a reforma apenas acrescenta mais uma opção.

Cardápio condicionado à estrutura

A atual realidade das escolas estaduais, que convivem com a falta de professores e de estrutura, é um ingrediente a mais no caldo de preocupação com a aplicação da reforma. Até mesmo o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), um dos principais apoiadores da reforma, reconhece que as escolas estaduais não estão preparadas para oferecer todos os itinerários formativos. “Realmente se você for implantar isso no ano que vem, não teria possibilidade. Aí eu concordo que a desigualdade seria violenta. Então, para que uma rede consiga oferecer um ensino médio com esse nível de flexibilização precisa de organização, planejamento, alocação de professor, infraestrutura. Não é uma coisa tão simples que vai se resolver em seis meses, é um debate profundo”, admite o diretor institucional do Conselho, Antônio Neto. Entretanto, a preocupação, segundo ele, não é motivo para desacreditar na reforma. Antônio afirma que a MP 746 traz muitas questões que o Consed apresentou e discutiu em 2015 e 2016 no contexto do debate trazido pelo PL 6840. “Não vai ser tudo ao mesmo tempo e tem que ser a partir do fôlego de cada rede e de cada estrutura. Então, é uma mudança de paradigma que vai mudar toda a estrutura de educação básica, inclusive de como as formações são realizadas nas universidades em relação ao papel do professor na escola”, acrescenta.

De acordo com o MEC, o cenário mais provável é que a reforma não se efetive nos próximos dois anos já que as mudanças dependem da aprovação da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação, o que possibilitaria aos estados se organizarem para atender as mudanças. No entanto, segundo o Secretário de Educação Básica, “alguns estados já estão se organizando para ter modelos funcionando com a flexibilidade” em 2017 e 2018. Por enquanto os únicos valores anunciados pelo MEC para ajudar as redes a se adequarem ao novo formato foram os do fomento à ampliação das escolas de tempo integral: R\$ 2 mil por aluno ao ano, que devem ser repassados por um período de quatro anos. A portaria limita, no entanto, a quantidade de escolas por estado que podem aderir ao programa. No total, apenas 572 das mais de 20 mil escolas brasileiras vão poder se candidatar.

Chama atenção ao final do documento um artigo que afirma que a “qualquer tempo, a presente portaria poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do MEC, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza”. Para Marise Ramos, o artigo denuncia a fragilidade da política. “É um instrumento que já surge anunciando que pode deixar de existir. O que pode ser exigência legal? A MP não ser aprovada, por exemplo? Então, a portaria perde os efeitos porque aquilo que lhe dá sustentação deixou de existir. Quando o artigo fala em decisão unilateral do MEC, a percepção é de que isso tem a ver com a PEC 241”, aponta.

O MEC afirma que a inclusão do artigo na portaria é de praxe. Questionado se já há previsão orçamentária para essas escolas em 2017, Rossieli garantiu que sim e que a aprovação da PEC 241, que limita os gastos do

governo federal, não é uma preocupação. Segundo a interpretação do secretário, o limite de gastos do governo não impede o crescimento dos recursos para a educação e a saúde. “Sobre ter a continuidade de programas A, B e C, eu acho que é responsabilidade do governo sempre fazer as avaliações necessárias, ver se ele está tendo a eficácia e a eficiência necessária para se manter. E se este projeto tiver algum problema a gente precisa corrigir. Isso faz parte da condução da política”. Como você lerá na reportagem sobre a PEC nesta revista (pág. 20), especialistas discordam dessa avaliação.

Os secretários estaduais de educação também não parecem muito seguros. “Nós até apresentamos um posicionamento ao MEC dizendo da nossa preocupação com o financiamento para a educação, porque uma vez que você cria um teto, você desvincula as despesas e, por incrível que pareça, pode ter uma redução desses recursos mesmo em uma situação em que haja crescimento econômico e inflação baixa.”, afirma Antônio Neto.

Flexibilidade ou engessamento?

Completamente na contramão da argumentação do MEC de que as mudanças vão representar mais flexibilidade, o professor aposentado do Cefet Rio e ex-diretor de concepções e orientações curriculares para a educação básica do MEC, Carlos Artexes, afirma que a MP engessa a escola. “A medida provisória é inflexível, provoca uma obrigatoriedade, uma prescrição de a pessoa escolher uma ênfase”, afirma.

Artexes explica que a LDB não define carga horária para nenhum conteúdo e não amarra a organização curricular em forma de disciplinas. A LDB não exige também que as escolas se organizem por séries, por exemplo. Ou seja, os sistemas de ensino já poderiam, mesmo sem a aprovação da MP, experimentar novos formatos para ministrar os conteúdos, inclusive



Professores protestam na Comissão de Educação da Câmara

abrindo opções de itinerários para os estudantes. Com exceção das disciplinas de sociologia e filosofia, incluídas no currículo pela lei 11.684, de 2008 e agora retiradas pela MP, sobre todos os outros conteúdos a lei não diz como devem ser ofertados, o que faz com que caia por terra também a argumentação de que o currículo do ensino médio é muito inchado por ter 13 disciplinas obrigatórias. “A lei brasileira para o ensino médio obriga, sim, que as escolas ofereçam vários conteúdos curriculares, mas permite que as escolas organizem livremente o currículo de forma diversa. Permite, inclusive, que uma escola não tenha disciplinas, não ofereça todas simultaneamente, tenha currículo seriado ou não, sem definição de cargas horárias, com aulas ou não”, detalha Artexes.

Enquanto ele estava à frente da diretoria de concepções e orientações curriculares para a educação básica, em 2009, o MEC lançou o Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) que, exatamente diante da flexibilidade da LDB, visava fomentar inovações nos currículos das escolas. A justificativa para a implementação da proposta era a mesma: alto índice de evasão dos jovens. O modelo, segundo Artexes, dava autonomia para as unidades e não reduzia conteúdos, diferente da situação atual. “O Ensino Médio Inovador estava propondo uma nova forma de as escolas pensarem, independentemente de receberem o recurso ou não. E isso foi pouco compreendido. Então, uma escola, ao ler o documento do Ensino Médio Inovador, percebia que ela poderia fazer alterações, que não estava prisioneira de uma tradição curricular como as pessoas inclusive acham hoje”, diz.

As experimentações mineiras

Um exemplo de como a flexibilidade da lei atual já foi utilizada para promover reformas no ensino médio são as mudanças curriculares colocadas em prática em Minas Gerais. Em 2009, o governo do estado, sob gestão de Antonio Anastasia (PSDB), implementou o que foi chamado de “ênfase curricular por áreas de conhecimento”. À semelhança da MP atual, o modelo também garantia no primeiro ano do ensino médio a oferta de todos os conteúdos, mas a partir do segundo ano, as escolas organizavam os currículos em três áreas: ciências humanas, exatas e biológicas. Em alguns casos, os estudantes podiam optar por uma das áreas, em outros a escolha era feita pela própria escola, a depender do desempenho do aluno. Na prática, boa parte das unidades optou por oferecer



Manifestação na Escola Estadual Central, em Belo Horizonte ocupada contra a reforma

apenas uma das áreas. A diferença em relação à atual reforma é que, mesmo com a divisão nas áreas de ênfase, as escolas continuavam obrigadas a ofertar sociologia, filosofia e educação física em todas as séries e também não havia a inclusão da formação técnica como itinerário possível.

A mudança, no entanto, durou pouco. Dois anos depois o próprio governo voltou atrás, pela repercussão negativa da reformulação. Em reportagem do jornal Estado de Minas, do dia 2 de fevereiro de 2012, a então superintendente de desenvolvimento do ensino médio da Secretaria de Estado da Educação, Audrey Regina Oliveira, reconheceu o fracasso da iniciativa. “Na hora da prova, os alunos não tinham todos os conhecimentos necessários por não terem tido acesso à grade curricular completa no 2º e 3º anos. Quando a ênfase foi criada, esperava-se que a escola optasse pela área do conhecimento depois de ouvir a comunidade. Com isso, a unidade de ensino seria um retrato da vocação da juventude ali inserida. Mas, na prática, isso não ocorreu”, declarou. A mesma reportagem entrevista diversos estudantes que se sentiram prejudicados com a medida e comemoraram o fim do modelo.

À época professor de uma escola estadual da capital mineira que optou por oferecer a ênfase na área de exatas, o atual Diretor de Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação, Wladimir Coelho, relata as dificuldades enfrentadas com o modelo. “Não foi um processo fácil porque primeiro você tinha que negociar na escola qual área seria beneficiada, e isso implicava uma série de questões a serem discutidas, inclusive debater se esse aluno do ensino médio com 15, 16 anos, já tinha clareza sobre isso. E depois não havia garantia ao estudante de que, ao optar por essa ou aquela área, ele teria um apoio posterior em relação ao Enem, o que sempre gerava muitas dúvidas”, conta.

Crítico da atual reforma, Wladimir vê pontos de semelhança entre a MP 746 e outra mudança que o governo Anastasia também implementou na educação mineira – o programa chamado Reinventando o Ensino Médio, criado após o governo desistir das “áreas de ênfase” –, que ampliava o tempo de permanência do estudante na escola para oferecer uma disciplina relacionada à empregabilidade. “Nós tínhamos muita dificuldade em organizar o tempo para atender a isso. Você imagina, por exemplo, obrigar todo estudante, porque não era opcional, a permanecer numa ampliação de carga horária, em um 6º horário. Nós temos que lembrar que há um número muito grande de estudantes no ensino médio que trabalham e esse era um impedimento para que ele ficasse na escola além daquela carga horária que já havia antes. E fora também que no interior havia um problema sério com transporte escolar”, relata, antecipan-

do questões que se aplicam também à MP 746, que amplia progressivamente a carga horária no ensino médio para 1.400 horas anuais.

A coordenadora geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE), Beatriz Cerqueira, também vê semelhanças entre as políticas para o ensino médio colocadas em prática durante o governo Anastasia e a atual reforma do ensino médio. “São projetos elaborados sem a participação da comunidade escolar, impostos por medida provisória ou por resolução, que reduzem o direito do adolescente a uma educação pública de qualidade, diminuindo ou eliminando a oferta de disciplinas que contribuem para a sua formação”, sustenta. De acordo com Beatriz, as escolas mineiras tinham sérios problemas de infraestrutura que não foram resolvidos durante a vigência do programa. “Um estudo do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] mostrou que 59% das escolas estaduais de Minas não possuíam refeitório; 51% não tinham quadra de esporte coberta; 63% não possuíam laboratório de ciências”, detalha. Para o Sindicato, a MP 746 aprofunda a desigualdade. “Essa MP criminaliza a pobreza. Por que será que só o filho do pobre não terá educação física e outras oportunidades na escola pública? O filho do desembargador certamente terá aula de idiomas, fará intercâmbios, terá diferentes opções de modalidade de esportes”, critica.

Pernambuco e Goiás: exemplos a seguir?

Desde que a MP foi publicada, pesquisadores têm criticado o que entendem como uma abertura para a privatização das escolas no bojo das propostas do governo federal. Essa linha de argumentação se baseia, em primeiro lugar, no fato de que a MP procura fomentar a adoção do tempo integral ao mesmo tempo em que se promove o congelamento de gastos públicos pelas próximas duas décadas, o que segundo críticos, permite supor que essa ampliação da jornada se daria por meio de parcerias com a iniciativa privada. E em segundo lugar, há movimentações que ocorrem em paralelo à análise da MP pelo Congresso Nacional, notadamente a tramitação de um projeto de lei de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que propõe que recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) possam ser repassados para Organizações Sociais (OS) e instituições filantrópicas e comunitárias. Por fim, há o fato de que muitos dos

atores envolvidos têm suas trajetórias atravessadas por essa agenda. Exemplo mais significativo é o próprio ministro da Educação, Mendonça Filho, que era vice-governador de Pernambuco na gestão de Jarbas Vasconcelos, que governou o estado de 1999 a 2006. Em 2000, o governo pernambucano foi pioneiro na implementação de um modelo de concessão da gestão de escolas para a iniciativa privada, similar ao que o governador Marconi Perillo pretende implementar em Goiás atualmente. Desenvolvido em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), fundado pelo então presidente da Phillips no Brasil, Marco Magalhães, o modelo chegou a ser adotado em 13 escolas, segundo o pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Jamerson Silva. “Identificamos nessa proposta um distanciamento do que a legislação educacional diz com relação a uma gestão democrática da escola e ao trato com o professor, com uma tendência à precarização dos contratos e à intensificação do trabalho. Houve inclusive a proibição de que os professores vinculados a essas escolas se sindicalizassem”, revela. Segundo o pesquisador, o modelo de concessão implicou também uma interferência do ponto de vista pedagógico. “Houve ampliação da jornada para o tempo integral, mas os currículos foram reformulados e os professores preparados para uma aplicação instrumental da matemática e do português visando aos resultados do Ideb. No contraturno, os estudantes em geral faziam aulas de reforço nessas disciplinas e também a preparação para o que eles chamam de protagonismo juvenil, que para nós se aproxima muito da ideia do empreendedorismo”, aponta. Com a renúncia de Jarbas Vasconcelos para concorrer a uma cadeira no Senado, Mendonça Filho assumiu o governo de Pernambuco e concorreu às eleições de 2006 com uma proposta de ampliar as concessões para 50 escolas da rede.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



No anúncio da reforma, o Presidente da República, o Ministro da Educação, o Secretário de Educação de Pernambuco e o Presidente do Consed

Para Jamerson, o cenário atual, tendo em vista a aprovação da PEC 241 e o perfil dos ocupantes de postos-chave dentro do ministério, aponta para o fomento à adoção de um modelo de concessão da gestão de escolas públicas similar ao que o estado de Pernambuco introduziu quando Mendonça Filho era vice-governador. “A gente tem uma parte significativa dos professores em fase de aposentadoria. Congelados os investimentos públicos e os concursos, como é que a gente vai repor essa massa de professores que vão se aposentar? O modelo de gestão privada vai ser o caminho”, avalia.

Sob o governo de Marconi Perillo (PSDB), o estado de Goiás vem discutindo desde o ano passado a implementação de um modelo que prevê a concessão da gestão de escolas estaduais para Organizações Sociais. A proposta atual prevê a concessão de 23 escolas da rede estadual na cidade de Anápolis. Em outubro, a secretária de Educação do estado, Raquel Teixeira, esteve nos Estados Unidos para conhecer escolas geridas pela iniciativa privada em três cidades americanas, a convite do Banco Mundial. “Há um interesse grande do setor privado aí”, aponta a professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Amone Alves. “Para o governo interessa essa gestão autocrática da educação, que chamam de gestão compartilhada. Só que ela significa a precarização do trabalho dos professores e da qualidade do ensino, com os recursos pedagógicos sendo instrumentalizados para que os alunos aprendam as matérias que vão cair nos exames nacionais e internacionais, e não tenham a formação humanista que sempre demandamos”. Ela entende que a nomeação de Wisley Pereira, ex-superintendente de ensino médio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (Seduca) para ocupar o mesmo cargo na Secretaria de Educação Básica do MEC não foi por acaso, e sim um indício de que o governo federal preten-

de consagrar as parcerias público-privadas como estratégia a ser adotada pelos estados. “Infelizmente não vejo outro cenário possível. As práticas privatizantes são a tônica deste governo”, resume. Segundo Amone, antes de a concessão da gestão para as OS surgir como proposta no estado, já eram comuns em Goiás os convênios com entidades empresariais da educação, como Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna e a Fundação Lehmann, para produção de material didático, formação de professores e organização da gestão escolar. E Wisley Pereira teve atuação destacada nesse processo, como coordenador do programa Jovem de Futuro, desenvolvido pelo Instituto Unibanco e implementado em escolas da rede estadual de Goiás. Em 2014, Goiás ficou em primeiro lugar no Ideb, o que acabou legitimando o modelo de parcerias. “Goiás só ficou em primeiro porque 16 estados tiveram uma queda na nota do Ideb em 2014”, ressalta Amone. Para ela, o resultado mascara que as parceiras público-privadas, além de constituírem uma forma de privatização, contribuíram para fomentar um tipo de formação focada principalmente nos exames nacionais de avaliação do ensino médio, com foco no português e na matemática, e que para ela não são capazes de avaliar de fato a qualidade do ensino oferecido na rede pública. “A escola foi invadida por setores empresariais e por uma lógica de mercado, e esqueceu-se da formação dos jovens. Eles estão sendo preparados sobretudo para os exames”, diz Amone, que é crítica à concepção de educação em tempo integral que esse modelo consagra. “Eu visitei escolas em tempo integral que aderiram ao Jovem de Futuro que tinham ido mal no Enem. O que elas faziam? No contraturno, ao invés de aulas de educação física ou outras disciplinas, os alunos ficavam fazendo listas enormes de exercícios como treinamento, e os professores iam corrigindo de um jeito tão monótono que parecia uma técnica de memorização dos jesuítas no século 16. Será que é isso que o jovem de hoje quer?”, questiona.

Fracasso de algo que não aconteceu

Para Carlos Artexes, é importante recorrer à história recente da educação no país para desconstruir a ideia de que o ensino médio fracassou. Ele lembra que a expansão dessa etapa de ensino é recente, da década de 1980, quando o número de matriculados saltou de três para nove milhões. Atualmente, com cerca de dez milhões de matriculados, o ensino médio não é ainda universalizado, já que dos 10,2 milhões de jovens brasileiros de 15 a 17 anos, apenas 5,5 milhões estão nessa etapa de ensino, 1,5 milhão estão fora da escola e 3,2 milhões ainda estão no ensino fundamental. Há, ainda, 20 milhões de adultos com idade acima de 18 anos que não cursaram esse segmento e seriam potenciais estudantes. “Não é possível falar em fracasso no ensino médio simplesmente porque ele nunca aconteceu no Brasil. O ensino médio nunca foi um direito consolidado”, afirma.

O professor salienta que além do tempo relativamente pequeno para que esta etapa de ensino se organize e se consolide no Brasil, o chamado “fracasso” do ensino médio tem raízes também na forma como a sociedade se organiza. “O Brasil tem ainda na sua cultura a ideia de que talvez tenham grupos de pessoas que não precisam estudar, não precisam se formar, principalmente na dimensão da perspectiva da formação humana”, aponta. Nesse sentido, para Artexes, o diagnóstico divulgado pelo governo para legitimar a reforma, ainda que tenha elementos verdadeiros, é frágil. “A sociedade brasileira está tendo acesso a um diagnóstico no mínimo incompleto do ensino médio. E o mais grave é criar uma expectativa, uma falsa promessa. É como se essa medida fosse capaz de salvar o ensino médio brasileiro. Mas ela não tem as condições básicas para mudar essa realidade”, alerta.

Uma Escola Politécnica na Fiocruz: na contramão da reforma

Várias concepções sobre educação que servem de base ao trabalho que é desenvolvido na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) batem de frente com o que diz a MP 746. Uma delas está no próprio conceito que dá nome à escola: a politecnia. Segundo seus formuladores, a educação politécnica prevê desnaturalizar a separação entre conhecimento teórico e prático, que vem historicamente legitimando a distinção entre o ensino que é oferecido para as classes populares – focado em uma formação instrumental para o trabalho – e para a elite, a quem caberia o acesso a um conhecimento mais amplo: da cultura, da ciência e das artes. Por entender que essa é uma das formas pelas quais a escola naturaliza a desigualdade social, uma educação politécnica luta para superar essa dualidade. Assim, ao contrário do que propõe a MP, que torna a educação profissional um dos itinerários formativos que os estudantes de ensino médio poderiam escolher após concluírem a formação comum em um ano e meio, na EPSJV o currículo de ensino médio é integrado à educação profissional. Isso quer dizer que os estudantes, ao longo de quatro anos e em jornada de tempo integral, aprendem não só os conhecimentos práticos exigidos pela habilitação técnica escolhida – que pode ser em gerência em saúde, análises clínicas e, a partir de 2017, biotecnologia – mas também os conhecimentos do currículo “tradicional” de ensino médio. E aí estamos falando da física, da matemática, da biologia e da química, mas também da sociologia, da filosofia e das artes. E não falta flexibilidade: os estudantes podem escolher entre aulas de educação física e expressão corporal; na educação artística, optam entre artes cênicas, artes plásticas, produção audiovisual e música. “É fundamental que a escola pública ofereça uma educação integral, que contemple conhecimentos científicos, culturais, artísticos. O jovem precisa ter acesso a todas as possibilidades de construção de linguagens para que possa não só entender o mundo, mas transformá-lo”, diz Paulo César Ribeiro, diretor da EPSJV.

Integrante do grêmio estudantil da escola, Matheus Alves, aluno do 4º ano do curso de gerência em saúde, dá o exemplo dos eventos culturais promovidos pela Escola, como o Festival Som e Cena, em que alunos e professores desenvolvem oficinas e apresentações de música e teatro, que para ele são fundamentais para a apropriação do conhecimento pelos estudantes. “Esse ano o festival foi como uma aula que envolveu peças de teatro e músicas elaboradas pelos próprios estudantes que tratavam de questões do Nordeste, englobando história, geografia, sociologia, linguagem. Através da arte, os estudantes começam a en-

tender mais os conteúdos de saúde, de educação, de tecnologia e de ciência que são colocados pela Escola”, opina.

Na prática, os jovens aprendem também a fazer ciência. Através do Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC), que insere a pesquisa no processo de ensino da instituição, os estudantes são introduzidos à teoria e à prática da produção do conhecimento científico, sendo requisitados a produzir uma monografia que discorra sobre um tema de seu interesse ao final do curso. E não são só os alunos da EPSJV que aprendem a fazer ciência na instituição. A Escola coordena, desde 1986, o Programa de Vocação Científica (Provoc), proposta educacional de iniciação à ciência na área da saúde para jovens do ensino médio, que recebe estudantes de várias instituições conveniadas.

Desde 2012, a EPSJV adota o sorteio público como parte de seu processo seletivo para o preenchimento das vagas no ensino médio. Os candidatos são selecionados para o sorteio através de uma prova que afere conhecimentos mínimos necessários ao ingresso no curso; quem acerta 50% da prova se habilita para o certame. Além disso, a Escola adota um sistema de cotas que reserva 50% das vagas no ensino médio para alunos que cursaram integralmente o ensino fundamental na rede pública, sendo metade dessas vagas reservadas para alunos com renda familiar de até 1,5 salário mínimo; por fim, 50% das vagas destinadas para egressos da rede pública são reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Como resultado, mais vagas passaram a ser preenchidas por candidatos oriundos de famílias pobres, jovens mais submetidos à pressão para abandonar os estudos e começar a trabalhar. E aí entra a política de distribuição de bolsas de estudo para os estudantes que precisam de um suporte financeiro para continuar estudando. “Ainda que as bolsas não sejam de valores muito altos, isso contribui para que esses alunos se mantenham na Escola”, afirma Paulo César Ribeiro. O diretor toca em outro aspecto crítico na MP 746, que silencia em relação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, também atendidos pela EPSJV. Para tentar garantir que estes estudantes, que são mais velhos, não abandonem pela segunda ou terceira vez os estudos, a Escola tenta olhar para a realidade daqueles que são mães e pais. “Os estudantes da EJA que precisam estudar à noite podem deixar seus filhos com cuidadores durante as aulas”, ressalta. Tanto os alunos do ensino médio regular quanto os da EJA recebem alimentação. “Tudo isso são tentativas de construir formas para que esse aluno possa estar presente. São direitos da população que cabe ao poder público garantir”, conclui.

“A UBERIZAÇÃO LEVA À INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E DA COMPETIÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES”

André Antunes

SÉRGIO SILVA/FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



Economistas e cientistas sociais têm falado em uberização para abordar as transformações contemporâneas nas relações de trabalho. Quais as mudanças que esse processo implica?

Uberização é o nome que estamos dando para a emergência de um novo padrão de organização do trabalho. Para dar uma visão histórica, podemos separar, na chamada sociedade urbana industrial, três formas de organização do trabalho: a primeira ganhou relevância a partir de 1910, o chamado fordismo, que representou a organização do trabalho em grandes plantas industriais. Isso dizia respeito à existência de um empregador com quantidades grandes de trabalhadores vinculados àquela empresa, em linhas de montagem que produziam do parafuso ao automóvel. Nesse sentido, há certa homogeneização das condições de trabalho e das lutas dos trabalhadores, porque eles passavam a se encontrar sob o mesmo teto, submetidos às mesmas condições de opressão e exploração do trabalho. Isso vai gerar um tipo de sindicalismo, que representa todos os trabalhadores, que vai construir os contratos coletivos de trabalho. Esses sindicatos vão construir também partidos políticos que levarão aos legislativos as conquistas anteriormente estabelecidas no contrato de trabalho: o piso salarial estabelecido em contrato de trabalho vai se tornar posteriormente o salário mínimo na forma de lei para todos os trabalhadores, por exemplo. A partir da década de 1970 temos um esgotamento do fordismo e o avanço do toyotismo, que também tem como referência a montagem de um automóvel. A empresa vai se fragmentando no interior do processo produtivo de tal forma que no mesmo local de trabalho você passa a ter diferentes contratos de trabalho, reunindo empresas especializadas nessa par-

MARCIO POCHMANN

Quer se unir ao Uber? A resposta a essa pergunta tem implicações mais sérias do que parece à primeira vista. Para pesquisadores, o aplicativo tornou-se uma chave para analisar as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, como aponta o economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) nesta entrevista. Segundo ele, o aplicativo é apenas a ‘ponta do iceberg’ de um processo que caracterize uberização da força de trabalho: a generalização, para inúmeros setores de atividade econômica, de formas de contratação nos moldes que o Uber popularizou no ramo dos transportes. Processo que caminha a passos largos em alguns países, com resultados catastróficos: reportagem recente do jornal britânico *The Guardian* apontou que o chamado *self-employment*, ou auto-emprego, cresceu 45% desde 2002 no Reino Unido, mas que esses trabalhadores ganham hoje, em média, menos do que em 1995. Ante a escalada do desemprego, e seduzidos pelo discurso neoliberal do empreendedorismo, que vende a ideia de que o esforço pessoal é a chave do sucesso financeiro, cada vez mais trabalhadores se submetem aos contratos precários, longas jornadas de trabalho e ausência de garantias trabalhistas que essa modalidade de contratação implica. Pochmann acredita que esse é o cenário que se desenha com a aprovação do projeto que amplia a terceirização no Brasil, em tramitação no Senado, e com a reforma trabalhista que o governo pretende apresentar no segundo semestre de 2017. Ele alerta: conquistas históricas dos trabalhadores estão em jogo nesta disputa.

cialização da produção. O importante, do ponto de vista das consequências para o trabalho, é que agora há uma prevalência da heterogeneidade, desigualdades das condições de trabalho. Uma realidade são os trabalhadores contratados pela montadora, outra é a realidade dos que são contratados por empresas cujos sindicatos são menores, não têm a mesma capacidade de pressão e luta, como é o caso dos vigilantes, da limpeza, da segurança e outras partes constitutivas das peças [automotivas]. A partir da década de 1970, esse se torna um modelo hegemônico de organização do trabalho. Isto é verificado nos serviços também. Um hospital que anteriormente contratava todos os trabalhadores de diferentes categorias cada vez mais passa a trabalhar com a terceirização, que é a fragmentação dos contratos: uma coisa são os contratados diretamente pelo hospital, outro são os prestadores de serviço. O que estamos denominando de uberização é uma nova fase,



**SE VOCÊ NÃO ADMITE
SER TRABALHADOR,
AS LUTAS DOS
TRABALHADORES
VÃO SE PERDENDO.
VOCÊ É DA CLASSE
MÉDIA E É O SEU
ESFORÇO QUE VAI
FAZER COM QUE
VOCÊ ALCANCE OS
RESULTADOS**

que é praticamente a autonomização dos contratos de trabalho. É o trabalhador negociando individualmente com o empregador a sua remuneração, seu tempo de trabalho, arcando com os custos do seu trabalho.

É um processo que na sua opinião representa uma transformação no mesmo patamar do que foi o fordismo e o toyotismo, em termos históricos?

Acredito que sim. O tempo vai dizer se isso se confirma, porque também depende das reações dos partidos, dos movimentos sociais. É mais a emergência do que o padrão de fato. Vem de uma empresa de prestação de serviços que se coloca com sucesso em um período muito curto de tempo com a substituição da antiga forma de organização do trabalho no transporte individual, que é o táxi. No meu modo de ver isso é apenas a ponta do iceberg, mas há uma grande possibilidade de se generalizar para todos os demais setores de atividade econômica.

Isso se vê mais claramente em alguns países, não? Na Inglaterra, por exemplo, há até pilotos de aeronaves que trabalham sob esse tipo de contrato...

Sim. Na Inglaterra tem o chamado contrato a zero hora, que diz que você tem que ficar disponível 24 horas para a empresa, que pode usar nada, mas você tem que estar disponível para ela e sua remuneração depende da sua disponibilidade. No transporte é isso: você tem um contrato com a Uber e fica lá, disponível, porque quando surgir um chamado você se apresenta disputando com outros motoristas. Nesse contrato a zero hora eu posso ser piloto de avião e, se surge a possibilidade de viajar, não está garantido que serei eu, tem outros que são concorrentes, dependendo da localidade. Na Inglaterra existem espécies de agências de contratação onde as pessoas se inscrevem a partir das suas qualidades ocupacionais e ficam aguardando demandas que aparecem pela internet. Por exemplo: eu sou economista especializado em orçamento público. De repente há uma demanda de uma definição comparativa de orçamento e eu me apresento e negocio as condições de trabalho e remuneração para um determinado momento. Ou seja, o trabalhador passa a estar disponível para o exercício do trabalho sem mais a garantia que havia no fordismo, em que o salário independia das vendas da empresa. Quando a empresa contrata o trabalhador, independentemente de ela produzir o automóvel e vendê-lo, decorrendo 30 dias o trabalhador tem direito a receber aquela remuneração. O toyotismo já é outra circunstância em que o trabalhador vai se tornando associado ao ritmo de produção e venda, e sua remuneração e condições de trabalho dependem da produção e da venda. Se a empresa produziu menos, a sua remuneração é menor.

E com a uberização?

Neste caso não há garantia alguma. Se houver trabalho, você terá uma parte daquilo que você veio a realizar. É uma total instabilidade, que não vai permitir ao trabalhador contribuir com o sistema de proteção social como no passado foi possível pelo fordismo e em grande medida ainda pelo toyotismo. Agora ele não tem condições de garantir o pagamento da previdência se não sabe nem se vai receber salário. Está exposto a um contrato de zero hora que pode ter uma hora, duas horas, dez horas, sem garantia alguma. Isso está ganhando uma dimensão crescente nos serviços, mas não deve ficar circunscrito a eles.

Como esse processo se relaciona com as mudanças que estão sendo propostas no bojo da reforma trabalhista atualmente no Brasil?

Eu acredito que o projeto de regulamentação da terceirização é a grande porta no Brasil para que se tenha a possibilidade de aquilo que hoje está quase circunscrito ao transporte individual ganhar maior espaço nas atividades como um todo. O projeto que está no Senado generaliza a terceirização e, portanto, desobriga as empresas a contratarem da forma como conhecemos, que é o regime CLT. A ideia do fordismo é a ideia de que o salário se transforma num custo fixo, o trabalhador, exercendo ou não, tem direito à remuneração. Com a uberização, o salário se torna um custo variável, ele só existe se de fato houver a realização daquele trabalho.

Em setembro o ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou que o governo pretende incluir na proposta de reforma trabalhista a ampliação das modalidades permitidas de contrato de trabalho pela CLT, com a criação dos contratos por produtividade e por tempo. Como a proposta se encaixa nesse processo?

É o mesmo padrão da flexibilização dos contratos de trabalho que nós tivemos nos anos 1980 e anos 1990. Tivemos na gestão do Fernando Henrique Cardoso algumas experiências de flexibilização da jornada, do tempo de trabalho. Agora é uma sofisticação, é um novo patamar da flexibilização em que você não estabelece mais a jornada de trabalho, mas sim critérios específicos, como é o caso da produtividade. Se não consegue atingir aquele determinado patamar estabelecido previamente, você não faz jus ao valor completo, ganha uma parte dele.

Que consequências isso traz para a organização dos trabalhadores?

Ela leva a uma intensificação do trabalho e a um acirramento da competição entre os trabalhadores. É um processo que vem se dando ao longo do tempo com as transformações que o capitalismo opera. Uma fábrica de margarina, por exemplo: no fordismo, em linhas gerais, havia uma esteira que ia passando e enchendo os potes com a margarina e os trabalhadores ficavam do lado, pegavam os potes e colocavam nas caixas. Havia supervisores que iam avaliando o trabalho de cada um. Se alguém precisa ir ao banheiro, o supervisor autorizava, ele ia, voltava e pronto. Com o toyotismo, essa produção passa a ser dividida em equipes de quatro ou cinco trabalhadores que concorriam entre si: as que enchiam mais caixas ao final de um período eram beneficiadas. Com isso, deixou-se de ter a necessidade de um supervisor – portanto o custo de alguém supervisionar – porque uma equipe concorria com outra. Se você está numa equipe e começa a ir muito ao banheiro, a sua equipe vai ter menos eficiência do que as outras com as quais ela está competindo. A equipe vai sugerir que você seja demitido e que seja trazido alguém que tenha condições de trabalhar no mesmo ritmo. Com a uberização, há uma competição ainda maior entre os trabalhadores e quem estabelece ou avalia a sua continuidade nesse tipo de trabalho é o cliente, o comprador. Ao invés da união buscando o acordo coletivo, o trabalhador está orientado para o acordo individual, a competição com seus pares. Obviamente isso torna ainda mais fracos os trabalhadores diante daqueles que os contratam. Esse rebaixamento não é só econômico, mas também moral e ético.

Em que sentido?

No fordismo e até mesmo no toyotismo havia uma concepção de classe trabalhadora, a consciência de que, quer seja eu um médico, um operário, um jornalista ou um professor, sou antes de tudo um trabalhador. O que nós passamos a ter

na verdade é uma transição para esta ideia não mais de trabalhador, mas de empreendedor. Você pode ganhar como trabalhador, mas tem os anseios de classe média consumista. É uma disputa ideológica. Se você não admite ser trabalhador, as lutas dos trabalhadores vão se perdendo. Você é da classe média e é o seu esforço que vai fazer com que você alcance os resultados. A propaganda ideológica mostra que alguns de fato ficarão em situação melhor, mas serão uma exceção num conjunto grande, legitimando um grau de desigualdade ainda mais intenso. Mesmo sob o fordismo, a ética da meritocracia leva a uma legitimação de salários diferenciados apenas porque alguns têm anos de estudo a mais do que outros. Agora, a legitimação não se dá porque você estudou mais do que eu, mas porque você se esforça mais. No passado, o rebaixamento das condições de trabalho levou a uma reação, um estranhamento dos trabalhadores. Com esta dimensão individual de hoje, o resultado não é a rebeldia, mas a depressão que vai se acomodando nessa profunda precarização. Isso termina não levando a uma luta organizada, salvo por explosões de caráter anárquico. Essa explosão de manifestações que se deram de forma coletiva na primeira metade dessa década no Brasil, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, na Espanha surge espontaneamente, de uma profunda insatisfação, mas do ponto de vista organizativo não resulta em nada, não encaminha esta insatisfação para alguma solução.

Quais as possibilidades de espaços de representação dos trabalhadores neste cenário?

Do ponto de vista histórico, eu vejo com dificuldade as instituições que temos hoje – partidos políticos, sindicatos, associações de maneira geral, instituições do nascimento da sociedade urbana industrial – responderem a essa nova forma de organização do trabalho. Hoje temos quase que uma

oligarquia sindical. Há uma elite, que são os trabalhadores sindicalizados de grandes empresas, que reproduzem, guardadas as devidas proporções, o traço do fordismo do passado. São instituições importantes, que têm instrumentos de mobilização, mas não têm massa a mobilizar. Chegamos a ter até o final dos anos 1980 quase um milhão de trabalhadores bancários e tínhamos algo em torno de 200 mil trabalhadores terceirizados que serviam aos bancos. Hoje temos ao redor de 400 mil bancários e 1,6 milhão de trabalhadores terceirizados. Quem está organizado são os bancários, que fazem greves, mas é algo que ocorre sem a capacidade de envolver o conjunto de todos os trabalhadores que estão vinculados aos serviços financeiros e bancários. É uma parcela muito pequena. Um exemplo aqui de Campinas: a cidade tem dez *shopping centers* que reúnem 21% da força de trabalho, 170 mil pessoas. Esses 21% não têm nenhuma forma de organização e estão reunidos no mesmo espaço, com não sei quantos contratos diferentes. Isso não dá organização porque são contratos individuais praticamente. Esses trabalhadores estão submetidos a um regime de profunda intensificação e extensão do trabalho, estão trabalhando mais e de forma mais intensa. Eles têm uma série de anseios, doenças profissionais, e isso não faz parte da pauta das instituições tradicionais de representação de interesses. Por isso não tem diálogo e por isso a dificuldade de representá-los. Este me parece que é o principal desafio. Quem conseguir encontrar a fórmula que vai permitir chegar a esses trabalhadores terá a chave de um patamar muito superior de mobilização.

Tendo em vista os resultados das eleições municipais, que favoreceram partidos como o PMDB e o PSDB, bem como a ampla maioria obtida pelo governo na recente aprovação da PEC 241 na Câmara dos Deputados, que projeção você faz para a possibilidade de mobilização contra a reforma trabalhista que o governo Temer pretende apresentar no segundo semestre de 2017?

A esquerda no Brasil certamente sofreu uma derrota, percebida pelos fatos do próprio impedimento da Dilma [Rousseff] e os resultados das eleições de 2016. Mas essa derrota não é o fim da história, é um capítulo. Essa derrota poderá ser permanente ou apenas pontual dependendo de como a esquerda terá a capacidade de entender esse movimento e responder a ele. A resistência a essa nova direita que se estabelece no Brasil se dará de forma muito desigual e por isso acredito que, mais do que a resistência, cabe à esquerda a constituição de um receituário diferente do que esse governo representa, que é o neoliberalismo. Um programa econômico que diga não à recessão, que estabeleça o mais imediato possível retorno ao crescimento econômico. O impedimento da Dilma em 2016 representou o encerramento de um ciclo político da Nova República, marcado basicamente por governos de conciliação de classe, uns mais do que outros. A imagem que eu tenho do governo Temer é o estabelecimento de uma forma de governo classista, com pouco apelo a conciliar com mais classes. Mas sua própria força é também sua fraqueza porque os resultados que ele busca atingir dificilmente se apresentarão na segunda década do século 21. Não há condições de o país voltar a crescer com essas opções que estão sendo feitas.

Por quê?

O tempo vem confirmando as teses que avaliavam previamente os equívocos da ortodoxia. De certa maneira já foi chamada atenção em dezembro de 2014 que a opção pela recessão não levaria ao equilíbrio das contas públicas. Pelo contrário: o que temos visto é um aprofundamento desse quadro. O governo Temer não aban-

donou a política que já vem do governo Dilma e aposta numa piora, porque a aprovação da PEC 241 não levará a uma recuperação econômica, mas possivelmente a uma depressão. Ao cortar o custeio e o investimento público, especialmente o gasto social, teremos uma redução no dinamismo da economia brasileira. Hoje, a cada quatro reais que circulam na economia, um real provém do gasto social. O gasto social se traduz em consumo: alguém que ganha Bolsa Família, previdência social, termina transferindo essa renda para o consumo. Podemos dizer que quase 50% hoje do dinamismo da economia brasileira provém do gasto social. Na medida em que você corta o gasto social, vai reduzindo esse componente de dinamismo da economia brasileira, a menos que se coloque outro para ocupar esse espaço. Mas qual seria o outro? Seria o setor externo? Será que as exportações têm um horizonte de expansão no mundo? Não é verdade. No capitalismo as empresas não investem porque o custo é baixo. Elas compram se há possibilidade de fazer girar aquele investimento, se vai ter consumo, demanda. As empresas vão contratar mais trabalhadores se tiver demanda para os seus serviços, se tiver gente querendo comprar. A empresa não vai contratar mais apenas porque o trabalho ficou mais barato. Isso é confirmado pela própria realidade. Basta ver o que foram os anos 1990, quando a terceirização e a defesa da flexibilização do mercado de trabalho ganharam impulso, houve as privatizações, a Reforma da Previdência. Essas mudanças não foram acompanhadas de crescimento econômico e geração de emprego, pelo contrário: elas aprofundaram o desemprego e a precarização do trabalho. O papel da esquerda não é apenas reagir e resistir, mas fundamentalmente dizer o que pode e deve ser feito de forma alternativa. Porque é isso, no meu modo de ver, que vai dar maior capacidade de galvanizar forças políticas contra esse projeto que está em curso no Brasil. O

MAIS PERTO DO FIM DO MUNDO

Desmentindo o discurso do governo, especialistas mostram que a PEC 241, que no Senado recebeu o número 55, retira recursos da saúde e da educação e aumenta o desvio de dinheiro público para os rentistas

Cátia Guimarães
(com colaboração de
Maíra Mathias)



Darcísio Perondi (PMDB-RS), relator da PEC na Câmara, comemora a aprovação. Ele integra a Frente Parlamentar da Saúde e a base do governo Temer.

No momento em que esta reportagem está sendo escrita, a PEC 241 acaba de ser aprovada na Câmara dos Deputados e começa a tramitar no Senado, onde recebeu um novo número. Agora, ela se chama PEC 55. Na sociedade, foi apelidada de PEC do Fim do Mundo. Apesar das manifestações que aconteceram no Brasil inteiro, com dezenas de milhares de pessoas nas ruas contra a medida, o resultado eram favas contadas. Estampada nas páginas dos jornais todos os dias desde que Michel Temer assumiu ainda como presidente interino, a pequena sigla de três letras talvez não deixe claro o que realmente significa: ela vai modificar a Constituição para limitar os gastos do governo federal pelos próximos 20 anos. Se permanecer o que foi aprovado até agora, quase todo o orçamento que o governo usa para pagar as despesas ordinárias e manter os serviços públicos será congelado na situação em que se encontra hoje. Anualmente, os números serão atualizados, mas apenas pelo índice que mede a inflação, o que significa nenhum aumento real. Ao longo das duas próximas décadas, no entanto, o país não se congela junto com o orçamento: crianças continuarão a nascer e crescer, precisando de mais escolas; a população continuará a aumentar e envelhecer, demandando mais serviços de saúde, assistência, segurança. É precisamente por isso que pesquisadores de diversas áreas têm denunciado que, na prática, a PEC não significa um congelamento, mas uma brutal redução dos gastos com políticas públicas.

Saúde e educação: contas que não fecham

A maior grita contra o teto dos gastos se deu exatamente em relação às políticas de saúde e educação. Por isso, o relator da PEC na Câmara, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), que compõe a Frente Parlamentar da Saúde, modificou o texto original da medida, criando condições “especiais” para essas duas áreas. A partir daí, o governo e os deputados da base aliada, que votaram a favor da proposta, passaram a afirmar que essas políticas teriam ampliação – e não redução – de recursos. Especialistas em financiamento em saúde e educação, no entanto, desmentem esse argumento.

Pelo texto que foi aprovado na Câmara, as despesas com saúde e educação só começariam a ser contabilizadas no teto em 2018, enquanto para todas as outras áreas a regra já valeria em 2017. No caso da saúde, há ainda outra mudança. O que regula o financiamento da saúde hoje é a Emenda Constitucional 86, que estabelece como investimento mínimo uma fatia da receita corrente líquida do governo federal que começa em 13,2% em 2016 e vai crescendo até chegar a 15% em 2020. O que o texto da PEC fez foi antecipar para 2017 esse percentual máximo, fazendo, portanto, com que o congelamento que vai acontecer a partir de 2018 se dê sobre um orçamento maior. “Essa mudança, na verdade, é uma cortina de fumaça”, acusa o economista Francisco Funcia, consultor da Comissão de Financiamento e Orçamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS). E completa: “Simplesmente se adiou por um ano um processo de perdas que vai até 2036”.

Ele reconhece que, com a antecipação do percentual mais elevado, a saúde terá R\$ 10 bilhões a mais do que teria em 2017. Mas a boa notícia acaba aí. Supondo que a economia cresça em média 2% ao ano, com uma inflação de 4,5% – o que Funcia classifica como um cenário muito “razoável” –, ao longo dos 20 anos, a perda para a saúde, segundo o pesquisador, será de R\$ 417 bilhões. Isso porque, com investimentos reajustados apenas pela variação da inflação, a saúde não receberá nenhum centavo do ganho de receita que o governo federal tiver. “E quanto maior for o crescimento [econômico], maior vai ser a receita e maior vai ser a perda [para a saúde]”, explica.

Funcia sabe que pode ser acusado de estar fazendo apenas previsões, sem nenhuma certeza sobre o que vai acontecer com a economia do país nessas duas décadas. Por isso, ele faz também um cálculo retroativo, simulando o orçamento que a saúde teria tido se a PEC já existisse em anos anteriores. Esse é um cálculo que tem a vantagem de trabalhar com dados reais (passados) e não com parâmetros (futuros). Analisando de 2003 a 2015 (último ano de que se tem dados), o resultado, segundo ele, é que, nos primeiros três ou quatro anos, “haveria um relativo ganho” em relação aos recursos que, no passado, foram efetivamente empenhados. Mas, nos anos seguintes, e no acumulado dos 12 anos, a área teria uma perda de R\$ 135 bilhões, em valores de 2015, sem atualizar pela inflação daquele ano. Segundo ele, mesmo com essas mudanças de última hora na Câmara, a PEC fará com que o gasto do governo federal em saúde caia do marco de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) – onde está estagnado desde 1995, muito abaixo das necessidades da população –, para 1% do PIB. “Então não é congelamento, é queda”, resume.

Na educação, a situação é um pouco diferente, mas também nada animadora. Hoje a Constituição determina que o governo federal deve aplicar 18% da receita líquida de impostos em educação. Segundo cálculos do professor José Marcelino Pinto, da Universidade de São Paulo (USP), com a aprovação da PEC, considerando-se um cenário com crescimento real de receita de 3% ao ano, em duas décadas o comprometimento de recursos da União será reduzido de 18% para 10,3%. Mas pode ser pior. Com as “condições especiais” que o relator da PEC na Câmara criou, a educação só passa a ser incluída no teto de gastos a partir de 2018 mas, em compensação, o congelamento vai ter como referência o valor que foi aplicado em 2017. Para todas as outras áreas, se a PEC for aprovada este ano, a correção será de 7,2%, valor previsto para a inflação de 2016. Onde está o problema? É que, embora o gasto da União com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) venha caindo desde 2012, em 2015 ele ainda foi cinco pontos percentuais maior do que o mínimo estabelecido pela Constituição, totalizando 23% da receita líquida de impostos. Com o ajuste fiscal de agora, a tendência é diminuir. “Há, sim, o risco de ser um valor menor do que 2016. Aí a gente partiria de um patamar mais baixo”, explica José Marcelino. Em nota conjunta sobre os efeitos da PEC, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) afirmam que “se o atual governo continuar reduzindo os

gastos até 2018, quando se iniciaria o congelamento, a queda real de gastos da União pode superar os 50%”.

Tal como na saúde, os pesquisadores da educação que combatem a PEC também fizeram cálculos retrospectivos. Um quadro na nota produzida pela Campanha e a Fineduca mostra que, se essa medida estivesse valendo desde 2010, até 2016 o governo federal teria gastado R\$ 73,6 bilhões a menos com manutenção e desenvolvimento da educação. Corrigido pela inflação, esse valor chega a R\$ 89 bilhões.

Mas na educação a PEC produz ainda uma enorme contradição. O argumento do governo é de que a área perderia mais recursos mantendo-se a regra atual, já que, em tempos de crise, a arrecadação de impostos – que é a base do financiamento hoje – tende a cair. José Marcelino comenta: “Eu acho que uma das estratégias do governo é dizer: olha, com recessão é melhor a PEC do que a vinculação [já que a arrecadação de impostos diminuiu]. E aí é uma cortina de fumaça porque o que a gente está discutindo é o futuro do Brasil. Para que a PEC seja boa, nós temos que torcer para que o Brasil fique em recessão, um negócio absurdo”.

O que a equipe econômica do governo não destaca são outros efeitos dessa queda na arrecadação de impostos para o campo da educação. Tem sido ressaltado pelos defensores da PEC que ela deixa de fora do teto os repasses do governo federal para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o que é verdade. Mas José Marcelino faz algumas ressalvas. A primeira é que a contribuição da União para o Fundeb já é muito baixa, apenas 10%, ficando o resto a cargo de estados e municípios. Segundo que, como os recursos do Fundeb também são vinculados à arrecadação, em tempos de crise, embora o percentual continue o mesmo, o valor absoluto de contribuição da União deve diminuir. “É um discurso demagógico”, afirma. Mas o mais importan-

te não está sendo sequer discutido. De acordo com a Lei 13005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, desde junho deste ano deveria estar sendo implementado o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi é um indicador que considera os custos das instituições de ensino de todos os níveis da educação básica para mostrar quanto deve ser investido de modo a garantir um padrão mínimo de qualidade, que inclua bibliotecas, quadras de esporte, laboratórios, material didático e outros insumos. Segundo José Marcelino, o maior ganho do CAQi seria quintuplicar o complemento da União para o Fundeb, aumentando dos atuais 0,22% para 1,1% do PIB. “Isso está na lei do Plano Nacional de Educação. Enquanto a PEC não está em vigor. É mais uma cortina de fumaça que esconde o fato de estar havendo um descumprimento legal por parte do governo”.

Estados e municípios

A rigor, a exceção não é apenas o Fundeb, já que a PEC não inclui as transferências de recursos que a União precisa fazer aos estados. Assim, o governo tem afirmado que a restrição vale apenas para os gastos da União. Mas há controvérsias.

Francisco Funcia ressalta que, no caso da saúde, as transferências de recursos para estados e municípios, por meio de “blocos de financiamento” – como atenção básica, assistência farmacêutica e vigilância em saúde – representam dois terços do orçamento do Ministério da Saúde. Com a redução de

recursos que a PEC vai significar, para ele, as contas simplesmente não fecham. “Você acha que não vai sofrer redução a transferência prestada aos municípios? Claro que vai. E se os municípios não tiverem condição de pôr mais recursos, eles vão ter que fechar serviço, reduzir serviço, diminuir a qualidade do atendimento à saúde da população”, alerta.

Mas não é só isso. Embora a PEC estabeleça um teto apenas para o governo federal, o Projeto de Lei 257/2016, criado pelo governo Dilma e já aprovado na Câmara, autoriza a renegociação da dívida dos estados com a União com uma condição: que eles estabeleçam também tetos de gastos, à imagem e semelhança da PEC 241.

Tirar de onde?

Na letra da lei, o governo tem razão quando diz que a PEC não institui obrigatoriamente um limite de gastos para as áreas sociais, como saúde e educação. Isso porque o teto é sobre o orçamento geral, de modo que se pode retirar de um lado para colocar em outro. No site em que o Ministério da Fazenda montou um “perguntas e respostas” sobre a PEC, a explicação é clara: “Não se está impondo um limite máximo às despesas com saúde e educação, mas sim alterando-se o critério de fixação da despesa mínima. Nada impede que o Poder Executivo ou o Poder Legislativo fixe despesas em saúde e educação acima do mínimo, desde que outras despesas sejam ajustadas para acomodar tal elevação ao limite estabelecido para o total de gastos. Diga-se de passagem, nos anos recentes, as despesas com saúde e educação do governo federal têm se situado acima do mínimo constitucional”.

Para economistas e especialistas críticos à medida, no entanto, existe sim algo que “impede”: o fato de que, com a PEC, não haverá de onde tirar recursos. “Se fizer esse congelamento [de gastos federais], dentro de poucos anos o orçamento só vai cobrir os gastos de previdência, saúde, e educação. Vai sobrar 1% para toda a manutenção do Estado, inclusive Forças Armadas. Então, esse congelamento inviabiliza o funcionamento do Estado”, alerta Maria Lucia Fatorelli, economista e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

Numa audiência pública realizada na comissão de fiscalização financeira e controle da Câmara para debater a PEC 241, o economista Pedro Rossi, do Instituto de Economia da Unicamp, chegou a conclusões semelhantes. Em gráficos e números, ele mostrou que, com a PEC, o gasto federal no Brasil vai cair dos atuais 20% do PIB para aproximadamente 13%. Ele fez uma simulação considerando já mudanças no gasto com a previdência ao longo desses 20 anos. De um lado, previu o aumento dos benefícios em função de uma “pressão demográfica” causada pelo envelhecimento da população; do outro, já contou com a ‘economia’ gerada por uma reforma da previdência nos moldes que tem sido defendida pelo governo Temer. O resultado é que sobriam 3% do PIB para todas as despesas do governo federal: saúde, educação, salário dos servidores, Forças Armadas, etc. “Os



ANSELMO CUNHA/MÍDIA NINJA



ROVENA ROSA/ AGÊNCIA BRASIL



MÍDIA NINJA

senhores acham isso factível?”, perguntou o economista, na audiência. E respondeu: “Eu acho que essa PEC não é factível e será revogada em algum momento porque vai gerar um conflito tamanho aqui dentro desta Casa e lá fora na sociedade. Ela não cabe”.

Promessa de uma campanha sem eleição, o fim das vinculações constitucionais que garantem a aplicação de recursos mínimos na saúde e na educação já estava previsto no documento ‘Ponte para o Futuro’, que se tornou o primeiro guia do então governo temporário de Temer. Essas vinculações não foram eliminadas por uma Proposta de Emenda Constitucional que apresentasse esse objetivo mas, na prática, ficam extintas durante 20 anos por essa outra PEC, cujo objetivo anunciado é instituir um novo regime fiscal. “A PEC acaba com a maior conquista da educação brasileira que foi a vinculação de um percentual da receita de impostos. E é importante dizer que depois de ter sido incluída na Constituição brasileira, lá em 1934, extinguir a vinculação só ocorreu em dois momentos: na ditadura do Estado Novo e na ditadura militar. No Brasil, a vinculação é uma marca da democracia”, denuncia José Marcelino. Talvez por isso uma nota assinada por juízes, advogados públicos, procuradores e até pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que pertence ao Ministério Público Federal, alega que a PEC 241 é inconstitucional. “Parece-nos claro que a PEC 241/2016 afronta o arranjo sistêmico de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que amparam o custeio dos direitos fundamentais, notadamente por meio de vinculações de receita ou dever de gasto mínimo, como se sucede com a seguridade social e os direitos à saúde e à educação”, diz o texto.

Se a conclusão dos números é de que o teto não cabe nos gastos mínimos que o Estado deveria ter, a pergunta é: como um governo vai poder priorizar saúde e educação para aumentar os recursos?

“É a escolha de Sofia. Vamos poder escolher entre manter as universidades ou matar os velinhos”, diz José Marcelino. E completa: “O que o governo quer fazer é pôr a saúde brigando com a educação, a educação brigando com a previdência”.

Previdência: a grande vilã?

No fundo, a equipe econômica do governo sabe que, aprovada a PEC, não vai sobrar dinheiro para os gastos de manutenção do Estado. Por isso, desde já, ela tenta vender o pacote completo: depois do teto, será preciso diminuir a fatia de gastos sociais que mais recebe recursos públicos, a previdência. Isso porque, diferente do que acontece com a vinculação do investimento em saúde e educação, que ficam suspensos por 20 anos, a PEC não tem o poder de, sozinha, restringir o orçamento da previdência social.

Para os economistas do governo, essa reforma é prioridade porque, no gráfico do orçamento público, a previdência ocupa a segunda maior fatia de gastos. Em 2014, enquanto saúde e educação comprometeram pouco menos de 4% do orçamento cada, o gasto com previdência chegou a 21,76%. Aos olhos dos que defendem as medidas estruturantes de ajuste fiscal em curso, parece muito. Mas, nesse percentual, estão contabilizados benefícios para 32 milhões de brasileiros, incluindo não apenas aposentadorias – que são, em sua esmagadora maioria, de até um salário mínimo – mas também auxílio-doença e pensão por morte. “A previdência é o que impede o Brasil de virar um Haiti. São auxílios e benefícios que atingem uma população gigantesca”, opina José Marcelino, criticando a forma como o atual governo tem tratado a área: “Nem na ditadura militar você teve um ministro que cuidava ao mesmo tempo da Fazenda e da Previdência, que é de longe o maior programa social brasileiro”. Além disso, a previdência gasta apenas os recursos que legalmente são reservados a ela. Na verdade, desde que foi criado o mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), em 1996, ela recebe menos do que manda a Constituição.

E se o vilão fosse outro?

O fato é que, atacada por todos os governos, com a PEC do teto dos gastos, a previdência social se torna a verdadeira vilã do orçamento no Brasil. Mas se você leu atentamente esta parte do texto, não deve ter passado despercebida a informação de que a previdência abocanha a *segunda* maior fatia do orçamento. Isso é importante porque o que os críticos a essas medidas de ajuste fiscal denunciam é que um dos objetivos da PEC é exatamente garantir que não se mexa nos gastos que comprometem, de fato, a maior parte dos recursos públicos no Brasil: o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Segundo dados de 2014, essa ‘rubrica’ consumiu 45,11% do orçamento federal, portanto mais do que o dobro do gasto com a previdência.

Mas se a PEC institui um teto para todos os gastos do governo federal, essa sangria de dinheiro para a dívida pública também vai diminuir? Não. A PEC 241, que agora tramita no Senado com o número 55, impõe “limites individualizados para as despesas *primárias*”. Maria Lucia Fatorelli explica: “Qual é a pegadinha? A PEC congela os gastos primários. O orçamento primário engloba toda a arrecadação tributária e os gastos em saúde, educação, previdência, assistência, tecnologia, manutenção do Estado, Executivo, Legislativo, Judiciário, Forças Armadas, etc. Todos os gastos, exceto a dívida”.

No “perguntas e respostas” que organizou sobre a PEC, o Ministério da Fazenda reconhece que o gasto com juros é alto mas afirma que limitá-lo não “abriria espaço para maior despesa em outras áreas”. O raciocínio da equipe econô-



Manifestação contra a PEC toma as ruas do Rio de Janeiro

mica é simples: considerando-se só as despesas primárias, que não incluem o pagamento dos juros, o governo já gasta mais do que arrecada. Portanto, “não sobram recursos primários para o pagamento de juros”, diz o texto, que detalha: “Quando os juros vencem e têm que ser pagos, o que o governo faz é tomar mais empréstimos para quitá-los. Ou seja, a dívida pública cresce não só para rolar a dívida, mas também para pagar os juros devidos sobre ela. (...) Nesse caso, a consequência de limitar o pagamento de juros seria um calote da dívida pública: quem tiver direito a receber juros da dívida não será pago”.

É interessante perceber como o texto, bem didático, evidencia a prioridade que orienta a PEC que institui o teto de gastos. Isso porque, se o governo gasta mais do que arrecada, e se existe consenso entre os pesquisadores de áreas como saúde e educação de que o investimento nelas é inferior ao necessário e ao padrão internacional, a constatação objetiva é que, nessa conta de somar e subtrair, também não sobram recursos para o financiamento dessas políticas. Mais do que isso: com a DRU, há décadas 20% (agora reajustado para 30%) do orçamento exclusivo da seguridade social – assistência, saúde e previdência – têm sido desviado para pagamento das despesas não-primárias, ou seja, os juros da dívida. No entanto, curiosamente, o único buraco do orçamento que a equipe econômica defende preencher é o da dívida pública. O argumento é de que a história recente do país, com o Plano Collor e a moratória da dívida externa realizada em 1987, mostram que deixar de pagar esses compromissos “tem graves consequências sobre a economia”. E o efeito mais direto, de acordo com o texto, será exatamente o aumento da taxa de juros cobrada pelos investidores, o que prejudicaria a população como um todo.

Em primeiro lugar, vale lembrar que, hoje, mesmo dedicando quase metade do orçamento federal para a dívida pública, o Brasil já tem as taxas de juros mais altas do mundo. E com uma política econômica que visa atrair capital estrangeiro – como, por exemplo, anuncia o recém-lançado Programa de Parceria de Investimento (PPI) –, nada indica que o governo tenha a intenção de baixá-las. Mas o mais curioso é que, no mesmo texto de “perguntas e respostas” do Ministério da Fazenda, em outro trecho que trata sobre o pagamento da dívida, o argumento parece ser o oposto, destacando o quanto uma parcela considerável da sociedade se beneficiaria diretamente pelos rendimentos desses mesmos juros. Diz o texto: “A despesa com juros não vai apenas para os mais ricos da sociedade. Qualquer pessoa que tiver um dinheiro poupado investido em um fundo de investimento,

opção oferecida a qualquer correntista bancário, tem dinheiro aplicado em títulos públicos. Como também todos aqueles que possuem algum tipo de previdência complementar. Pelos dados do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal (DPF), publicado pelo Tesouro Nacional em agosto/2016, os fundos de investimentos representavam cerca de 21,07% do total de detentores da DPF. A Previdência representa 24,61% e o próprio governo detinha 5,52% do montante da DPF. Portanto, o não pagamento dos juros de títulos importaria perda patrimonial direta a uma parcela expressiva da sociedade”. Fica a pergunta: afinal, os juros altos prejudicam ou beneficiam a população?

Além da contradição no argumento, não há consenso sobre quem ganha e quem perde com a dívida brasileira. No seu próprio “perguntas e respostas” sobre o tema, a Auditoria Cidadã da Dívida argumenta, embora com dados mais antigos, de 2013, que apenas 0,36% da dívida interna brasileira é do chamado “tesouro direto”, onde parte da classe média costuma investir. Segundo esses mesmos dados, naquele ano, 28% (um número até maior do que o informado pelo governo relativo a 2016) pertenciam a fundos de investimento. Segundo a Auditoria Cidadã, no entanto, esses rendimentos também beneficiariam grandes rentistas, embora a lista desses investidores não seja pública, guardada como “sigilo bancário” pelo Banco Central. Os fundos de pensão detinham, naquela época, menos de 13% dos títulos da dívida. Mas a maior parcela, 62% do “estoque da dívida”, pertencia a grandes bancos nacionais e estrangeiros e também a seguradoras – número simplesmente omitido da “resposta” apresentada pelo governo.

Vale destacar ainda que, quando argumenta que a diminuição de recursos para o pagamento da dívida atingiria boa parte da população brasileira, o texto do Ministério da Fazenda cita a previdência privada como exemplo de

perda para os beneficiários. Assim, primeiro se reconhece o que muitos pesquisadores críticos têm denunciado há muito tempo: que previdência privada não é garantia de aposentadoria como a previdência social, mas sim investimento – e de risco –, suscetível ao movimento do mercado financeiro. E, além disso, mostra como, no conjunto da obra, o governo admite cortar dinheiro da previdência pública (por meio da reforma que completará o serviço feito pela PEC) para não prejudicar quem se beneficia da previdência privada.

Em segundo lugar, chama atenção o fato de o texto que defende a PEC dissertar sobre as consequências do não-pagamento dos juros da dívida mas em momento algum se ater sobre as consequências – calculadas por especialistas – da redução de investimento em saúde, educação e previdência (esta no caso de ser aprovada a reforma). Por fim, a constatação da equipe econômica de que o governo gasta mais do que arrecada, considerando-se apenas as despesas primárias, não é acompanhada de qualquer análise sobre novas formas de arrecadação. Ao contrário: o principal argumento de defesa da PEC e da reforma da previdência por parte do ministro da fazenda, Henrique Meirelles, tem sido a ‘ameaça’ de que, se elas não forem aprovadas, precisará haver aumento de impostos. Nas “perguntas e respostas” que justificam a PEC, o governo se limita a afirmar que a estrutura tributária brasileira é “elevada” e “atípica”, aproximando-se mais das “economias avançadas” do que dos países da América Latina ou emergentes. Dito isso, a resposta que deveria ser sobre aumento da arrecadação muda de assunto e volta a falar de gasto, destacando que “a trajetória de crescimento da despesa apresenta um grave problema em si mesma”.

Para economistas críticos ao ajuste fiscal em curso, o que o governo chama de “atípico” é melhor caracterizado pelo adjetivo “regressivo”. “A estrutu-

ra tributária brasileira é extremamente perversa com os mais pobres e a classe média e benevolente com os mais ricos”, resume o documento ‘Austeridade e retrocesso’, elaborado por quatro entidades, entre elas a Sociedade Brasileira de Economia Política. Os números comprovam. Dados da Receita Federal mostram que, em 2014, 51,4% dos tributos corresponderam a impostos sobre bens e serviços – como ICMS, ISS e IPI – que atingem igualmente ricos e pobres. Além disso, tributos sobre renda e propriedade, que poderiam atingir aqueles que ocupam o topo da pirâmide social brasileira, corresponderam a 22,19% da arrecadação, enquanto os impostos sobre a folha de pagamentos – como PIS e Cofins – somaram 25,18%. O resultado dessa má distribuição dos tributos é, segundo o Ipea, que, no Brasil, os 10% mais pobres gastam 32% da renda com impostos, enquanto os 10% mais ricos comprometem apenas 21%.

A PEC (e o pacote de ajuste fiscal do qual ela faz parte) não prevê formas de aumentar a receita nem interrompe a perda de arrecadação que ocorre hoje por meio de isenção e renúncia fiscal – mecanismos que, sob o argumento de incentivar determinados segmentos empresariais, baixa ou elimina a cobrança de impostos e contribuições sociais. Matéria da Folha de S. Paulo de 16 de outubro deste ano calcula que os subsídios financeiros e as desonerações tributárias dadas pelo governo federal, que o jornal chama de “bolsa empresário”, vão significar a perda de R\$ 224 bilhões aos cofres públicos só em 2017. E a PEC não muda esse cenário: tal como os juros da dívida, as renúncias fiscais já concedidas não entram no cálculo do teto. Sobre a concessão de novas isenções, o texto é vago: diz, no artigo 109, que projetos que signifiquem aumento de despesa ou renúncia de receita terão a tramitação suspensa por até 20 dias “a requerimento de um quinto dos membros da Casa” para “análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal”.

A armadilha da PEC

Entre as exceções estabelecidas, a PEC do teto de gastos traz também um elemento que tem sido denunciado pela Auditoria Cidadã da Dívida como um verdadeiro “esquema financeiro”. Pelo texto aprovado até agora, não estão incluídas no teto “despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes”. À primeira vista, esse trecho não causa estranheza, já que se encaixam nessa definição empresas importantes como a Petrobras e o Grupo Eletrobras. Mas o foco dessa exceção da PEC, na avaliação de Maria Lucia Fatorelli, é outro. Segundo ela, mesmo num momento em que o governo sinaliza com um amplo programa de privatizações, novas empresas estatais não dependentes estão sendo criadas com o único objetivo de emitir debêntures, papéis financeiros que são vendidos para investidores que ela caracteriza como “privilegiados”, já que essa operação não é anunciada publicamente.

De acordo com Fatorelli, esses papéis são vendidos com 60% de desconto e garantia da União. Ainda segundo a economista, tratam-se essas operações como se elas estivessem negociando velhos títulos da dívida ativa da União ou dos estados – uma dívida formada por créditos podres que, em sua maioria, nunca serão pagos –, o que faz parecer um bom negócio para o Estado. “Só que é mentira”, diz, explicando que se trata de papéis novos e que a dívida ativa entra apenas como parâmetro da garantia que o Estado vai dar ao investidor que compra essas debêntures. “É o mesmo esquema que foi colocado na Grécia”, compara, lembrando que lá até as ilhas e a água foram colocadas para privatização. E agora, denuncia, esse esquema da dívida está sendo inscrito na Constituição Federal brasileira. “No fundo essa PEC é isso: teto para os gastos públicos, recursos sem limite para o sistema da dívida e para o esquema das debêntures das estatais não dependentes. É isso, esse é o resumo da ópera”, conclui.O



UMA SEGUNDA ALMA PARA O SUS?

Entidades criadas por empresários da saúde abrem caminho para um Sistema Único totalmente integrado e gerido pelo setor privado

Maíra Mathias

MARCOS CORRÊA/PRESIDÊNCIA

Claudio Lottemberg fala a Michel Temer durante reunião do Coalizão Saúde no Planalto

“**A** gente tem um corpo em busca de uma alma e uma alma em busca de um corpo”, sentenciou Francisco Balestrin em uma noite de setembro. O assunto da entrevista não era religião nem magia, mas a recente investida de entidades compostas ou patrocinadas por empresários na apresentação de propostas de ‘fortalecimento’ do Sistema Único de Saúde (SUS). A tese defendida pelo presidente da Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp) – primeira a se lançar na empreitada – é a de que os setores público e privado precisam construir uma rede integrada de cuidados contínuos. A integração, palavra-chave para Balestrin, não para por aí: pressupõe mais participação da iniciativa privada na gestão dos serviços, mas também na “definição do desenho, planejamento e execução” das políticas nacionais de saúde através de um “novo modelo de governança”.

A primeira alma do SUS – animada pela redemocratização brasileira, forjada nas propostas de movimentos populares e trabalhos que viam a saúde como direito garantido pelo Estado através de um sistema público universal, integral, equânime com participação social – teria, na visão dos empresários, demonstrado pouca eficiência ao longo de seus 28 anos de vida. Uma segunda alma seria necessária para o SUS. Resta a pergunta: é possível sobreviver à tamanha metamorfose?

Mirando na política

Essas e outras propostas estão no Livro Branco da Anahp. Editado em março de 2014 com o objetivo declarado de influenciar os programas dos candidatos às eleições naquele ano, e pegando carona nos “anseios manifestados pelos movimentos sociais” em junho de 2013, o Livro Branco inaugurou um novo modelo de atuação para os empresários. “Nós não podemos única e exclusivamente estar focados em reivindicações corporativistas. Existe a necessidade de as entidades se abrirem, assim como no exterior é habitual que associações e entidades funcionem como verdadeiras *think tanks*”, compara Balestrin, referindo-se ao nome que recebem organizações voltadas para a difusão de ideias na sociedade civil e

na esfera governamental. E sublinha: “Deixam de ser entidades que têm interesses e passam a ter causas”.

Tendo por “causa” o fortalecimento do SUS através do estímulo à “coordenação e integração entre os setores público e privado”, o Livro Branco chegou às mãos de políticos, governantes, parlamentares. Aécio Neves e o falecido Eduardo Campos receberam o documento quando ainda eram pré-candidatos à Presidência, antes mesmo de a publicação ser lançada em cerimônia na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A seu tempo, Marina Silva, Dilma Rousseff e até o ‘Pastor’ Everaldo receberam o documento. A lista é longa e contém desde candidatos aos governos estaduais – como Geraldo Alckmin, Alexandre Padilha, Rodrigo Rollemberg – até autoridades da regulação, como o ex-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), André Logo. *Spots* de rádio com as propostas foram veiculados na rádio Jovem Pan.

“O Livro Branco saiu de uma pequena empresa espanhola de consul-

toria, a *Antares Consulting*, que se especializou em sanear as finanças de instituições de pequeno porte: hospitais, unidades assistenciais. E a Anahp contrata essa empresa para fazer um documento que se propõe a fazer recomendações para um sistema universal de saúde de um país com 200 milhões de habitantes. Tipo receita de bolo: faça assim, faça assado”, critica José Sestelo, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ele tem se debruçado sobre essa nova estratégia do empresariamento na saúde inaugurada pelo Livro Branco. “O *modus operandi* é esse: eles apresentam para os políticos uma receita pronta em um formato de fácil apreensão. Também veiculam na mídia e a imprensa toma essas *think tanks* como fontes fidedignas. Não faz checagem, não coloca um contraponto científico”, critica.

A Anahp fez escola. Naquele mesmo ano, surgiu o Coalizão Saúde, um “movimento” – com manifesto e tudo – crítico ao modo como a saúde vinha sendo preterida nos debates do primeiro turno das eleições de 2014. Fundado em julho na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) – que compunha a lista das filiadas até ser substituída pela Fundação Faculdade de Medicina, entidade privada – o Coalizão reúne representantes de toda a cadeia produtiva da saúde. A variedade dos atuais 24 associados é grande: empresas como Johnson & Johnson, Qualicorp e Unimed Brasil figuram ao lado de entidades como a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e das tradicionais Confederação Nacional de Saúde (CNS) e Confederação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB).

Desde meados do ano passado, o “movimento” virou Instituto Coalizão Saúde (Icos). As bandeiras, antes expostas em um ou outro artigo de opinião publicado no jornal Folha de S. Paulo, agora estão organizadas em seu próprio livro branco. Espécie de versão resumida do documento da Anahp – que é membro-fundador do Icos – o caderno ‘Proposta para o sistema de saúde brasileiro’ trabalha com a mesma premissa. “O setor privado é parceiro do SUS”, diz.

“O sistema público só pode funcionar de maneira efetiva se trouxer a eficiência do sistema privado” disse, por sua vez, o atual presidente do Icos em uma entrevista à Revista Brasileiros em 2012. À frente do Hospital Israelita Albert Einstein há 15 anos, Cláudio Lottenberg divide a direção do Coalizão com Giovanni Cerri. Ambos participaram de gestões de José Serra na condição de secretários de saúde. Lottenberg no município, Cerri no estado de São Paulo. Tucanos de vasta plumagem, como Fernando Henrique Cardoso, foram convidados a conhecer o Instituto. “Neste momento, o papel da iniciativa privada torna-se mais importante. O setor da saúde tem muito a contribuir e não seria impróprio se, com a autoridade do seu conhecimento, opinasse em processos que levem à escolha de lideranças”, escreveram os porta-vozes do Icos num dos vários ‘auges’ da crise política brasileira, quando Dilma Rousseff nomeou Marcelo Castro para o Ministério da Saúde.

Partindo sempre das pesquisas de opinião que colocam a saúde no centro da frustração dos brasileiros e usando os números a seu favor – os textos do Icos valorizam a informação de que o ‘setor’ movimenta o equivalente a 9,2% do PIB, esquecendo-se de mencionar que 45% do gasto é público, financiado por impostos —, o Coalizão Saúde se apresenta para governos e opinião pública como uma “oportunidade única”. Sendo assim, a “união de toda a cadeia produtiva” tem uma “agenda prioritária” com “soluções” para o “sistema de saúde público e privado” ou simplesmente “sistema de saúde brasileiro” – não mais SUS. Essas soluções passam necessariamente por fortalecer “os mecanismos de ação de livre

mercado”. Nomeadamente: mais parcerias público-privadas (PPPs), mais Organizações Sociais (OSs), mais Parcerias para o Desenvolvimento de Produtos (PDPs). Mas também um novo modelo de governança que amplie “a participação dos prestadores privados de assistência à saúde na definição do desenho, planejamento e execução das Políticas Nacionais de Saúde” e “racionalize” a regulação considerada “excessiva e disfuncional”.

Essas propostas foram apresentadas em junho deste ano no Senado Federal em um seminário realizado em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação Médica Brasileira (AMB) e chegaram, sem alarde, ao Palácio do Planalto. Michel Temer recebeu os empresários da saúde no dia 23 de agosto, uma semana antes da votação do impeachment. Quem consultou a agenda oficial do presidente, no entanto, não teve a real dimensão do evento. Se no papel a reunião seria entre Temer, seu ministro da saúde, Ricardo Barros, e o presidente do Instituto Coalizão Saúde, na prática ela contou com a participação de outros 13 representantes da ‘cadeia produtiva da saúde’ ligados ao Icos. O governo divulgou fotos do encontro. As entidades noticiaram a pauta debatida na audiência, definida como “mais uma demonstração de que o Icos já se transformou em um dos principais *players* da saúde no Brasil” e divulgaram que o Instituto “terá encontros periódicos com o chefe do Poder Executivo” a fim de “contribuir efetivamente na construção de uma agenda de longo prazo para a saúde”. Uma vez sentadas à mesa com Michel Temer, as entidades não perderam a chance de – nas palavras de Solange Mendes, presidente da FenaSaúde – “compartilhar as preocupações”. “Busquei sensibilizar o presidente Temer quanto à necessidade de estabelecer uma política de governo a fim de garantir a nossa sustentabilidade”, afirmou ela.



Procurado pela Poli, o Instituto Coalizão não respondeu ao pedido de entrevista.

Novilíngua empresarial

Como no livro de George Orwell em que a ascendente ordem política precisa forjar um idioma, a novilíngua, para suprimir antigos sentidos das palavras, os empresários da saúde se apropriam de conceitos e instrumentos do SUS deslocando seus significados. Na mesma matéria publicada pela FenaSaúde, Solange Mendes inclui a realização de uma Conferência Nacional de Saúde como medida “urgente” “para esclarecer a importância dos protocolos clínicos e regulamentos”. O Colégio Brasileiro de Executivos da Saúde (CBEXs), criado às vésperas das eleições de 2016 e também presidido por Francisco Balestrin, propõe a criação de um “conselho de saúde” ligado ao gabinete dos prefeitos. Neste ‘admirável mundo novo’, no entanto, Conferência Nacional de Saúde e conselho de saúde não dizem respeito a estruturas do controle social em que usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviços debatem as políticas de saúde e fiscalizam os governos.

O documento do CBEXs garante que “muitos especialistas estão dispostos a oferecer seus conhecimentos e a sua experiência ao governo municipal” e vai além ao dizer que essa dobradinha daria “mais legitimidade” às decisões do executivo municipal. “É como se fosse um conselho de administração de uma empresa que ajuda na gestão vendo as questões mais estratégicas, as questões que têm a ver com a transparência – *accountability* –, com a equidade, todas essas coisas. E com a responsabilidade social de um modo geral”, compara Balestrin. O presidente da Anahp e do CBEXs não acredita que a criação de mais conselhos de saúde rivalizaria, duplicaria ou mesmo embotaria a função dos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde existentes. “São conselhos diferentes: um é mais estratégico, o outro mais deliberativo. Os conselhos nacional, estaduais e municipais têm um desenho mais focado na deliberação”, diz.

Mas parece ser a fim de garantir mais poder de decisão ao setor privado que um novo modelo de governança era defendido já no Livro Branco na Anahp. E

“A aparelhagem estatal não se resume ao Executivo. Hoje eles estão aparecendo nessas reuniões para mostrar que têm muito poder. Mas o poder deles é justamente estar embrenhados em todos os cantos onde seja possível drenar recursos, influenciar políticas, participar das decisões e, cada vez mais, difundir ideias. Pode parecer que não, mas é muito importante vender a ideia de que o sistema de saúde é público-privado, pode ser harmônico em relação aos interesses público-privados... Isso vai contaminando de fato a opinião pública, e tornando essa ideia uma realidade”, analisa Ialê Falleiros, professora-pesquisadora da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

um dos instrumentos propostos em nível nacional era justamente a criação de um Conselho Executivo composto pelos “principais agentes” do sistema e com poder de “definir estratégias”, “fixar objetivos”, “aprovar políticas”, “acompanhar os planos operacionais e financeiros” e “monitorar a execução” desses planos. Balestrin – que é conselheiro do Icos – nega que a Coalizão Saúde planeje ser esse Conselho: “A Coalizão é reduzida. Do mesmo jeito que você não pode ter só representantes do setor público, não deve ter também só do setor privado senão fica caolho”.

José Sestelo chama atenção para outra proposta do CBEXs que avança várias casas no chamado ‘novo modelo de governança’. “O documento propõe que nos municípios os prestadores [de serviços ao SUS] – que em geral são privados – façam a gestão da rede assistencial de saúde. Da baixa, da média e da alta complexidade”, cita. “Se você olhar bem, eles estão tomando conta do Sistema. No plano ideológico, na estrutura, em tudo”, resume.

Isso porque, segundo o Colégio Brasileiro dos Executivos, gerir centralmente um sistema de saúde municipal traz “grandes dificuldades”. “Há demandas distintas entre os bairros com populações em contextos sociais e de saúde vastamente diferentes”, diz o texto, que usa a especificidade do território como argumento para a criação da figura da Organização de Gestão da Saúde (OGS). “Os prestadores de serviços de saúde costumam ser esteios de seus bairros, conhecendo as necessidades da população local e seu perfil epidemiológico, além de serem a principal referência do cidadão para o acesso à saúde. Nada mais razoável, portanto, do que compartilhar com estes prestadores, organizados em OGSs, a gestão da saúde das populações locais”.

Ao falar em OGS é difícil não traçar um paralelo com as conhecidas OSs que já estão espalhadas pelas cidades brasileiras fazendo a gestão de serviços diversos. A diferença, segundo Balestrin,

é que a Organização Social é um modelo de terceirização da gestão, enquanto a OGS vai além: “O fato de você terceirizar a gestão nunca foi e nunca será integração público-privada, que é realmente compartilhamento de dados, informações, modelos de gestão. E, mais do que isso, integração dos modelos assistenciais”. De acordo com a proposta, a OGS teria um orçamento próprio para fazer essa integração. “Você precisa, na realidade, ter uma regionalização clara com o famoso sistema de hierarquização que nós tanto falamos, onde as unidades básicas se reportem às unidades de especialidade, aos hospitais secundários e aos hospitais terciários. O que a gente coloca é que hoje essa gestão está fora de controle. Então aquela unidade prestadora de serviço que fosse mais competente naquela região teria também um papel de ser a gestora das políticas públicas de saúde daquela região, cobrando os resultados assistenciais, econômico-financeiros, de produção”, afirma Balestrin. E quem seria esse prestador responsável por gerir não um serviço mas toda uma rede público-privada? “Normalmente aquelas instituições que são mais aparelhadas, mais estruturadas, com um conjunto maior de profissionais e recursos à disposição são exatamente os hospitais. Então, ao final, é possível que um hospital venha a ser a referência”, diz o presidente da Associação Nacional dos Hospitais Privados.

Sintonia

Muitas das propostas pinçadas nos documentos das *think tanks* e entidades empresariais parecem estar saindo do papel. Uma das pautas prioritárias do Coalizão – dar um fim à judicialização na saúde através de parcerias com o Poder Judiciário –, por exemplo, já andou: Ministério e Conselho Nacional de Justiça assinaram em agosto um termo de cooperação técnica para que juízes recebam estudos e pareceres que subsidiem suas decisões. Ao anunciar uma economia de R\$ 1 bilhão no orçamento da pasta em evento da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos – membro do Icos –, Barros informou que mais da metade do dinheiro, R\$ 513 milhões, iria para santas casas e hospitais filantrópicos.

A determinação de que todas as unidades básicas adotem o prontuário eletrônico até dezembro – a prioridade declarada do ministro é “informatização do SUS” – pode ser um passo para o desenvolvimento de um “plano de ação público-privado para a informatização, integração e interoperabilidade dos sistemas de informação”, proposta do Livro Branco da Anahp.

Algumas dessas ações ganharam ampla cobertura da mídia. É o caso da polêmica proposta de mudança nas regras da saúde suplementar para que as operadoras consigam colocar à venda planos mais baratos – e com cobertura reduzida –, os chamados planos ‘acessíveis’. Segundo José Sestelo, a oferta de um produto desse tipo só se explica pela sintonia entre governo e empresas desejosas de induzir a expansão do mercado. Ou, para usar as palavras da presidente da FenaSaúde, pelo desejo de “garantir a sustentabilidade” do setor. “Porque o mercado para a classe média já chegou ao seu limite. Aqueles que tinham que ter plano já têm. Então, a fronteira de expansão seriam os níveis mais baixos de renda. Só que o produto não é vendável, ninguém quer comprar porque é ruim. Só funciona se o governo ajudar. Daí a questão da articulação público-privada. O que eles pretendem é um encaixe conveniente que viabilize a expansão de um modelo de negócios que estaria fadado ao fracasso se fosse deixado sobre suas próprias pernas. Só se sustenta com a ajuda do governo”, diz Sestelo. A própria FenaSaúde – que representa o maior interessado nas mudanças – foi convidada pelo Ministério da Saúde para compor o grupo de trabalho que vai desenhar a flexibilização da legislação para criar o ‘plano acessível’.

Além de encampar essa proposta do setor, continua Sestelo, o governo tem ajudado ao estudar outras mudanças que, à primeira vista, não parecem relacionadas entre si. “A dupla porta é outra questão sobre a qual estão em cima. É assim: eles querem que o ressarcimento [pago pelas operadoras de planos de saúde ao SUS] seja feito no balcão do hospital público. É cliente de plano e usou o hospital público? A operadora paga ali mesmo. Parece uma coisa boa mas, na verdade, o que vai acontecer? O hospital público vai dar preferência ao cliente do plano. E o usuário do Sistema Único vai ser mais excluído – com relação à internação principalmente”. Mas como poderia ser feito esse pagamento direto? Segundo o professor, por meio de um contrato entre a empresa de plano de saúde e o hospital público para que seus clientes pudessem utilizar aqueles leitos e instalações no melhor estilo “rede integrada de cuidados contínuos” defendida pelas entidades. “No fundo, é fazer com que o hospital público seja uma unidade credenciada da saúde suplementar. São medidas que em um primeiro olhar não se articulam entre si, mas seguem uma lógica comum e têm coerência. Não são só os planos acessíveis que ganharam visibilidade. É um pacote de medidas que têm um objetivo: controlar efetivamente a gestão da rede. E os recursos”, nota Sestelo.

A quantidade de medidas e a rapidez com que os anúncios vêm se dando é, para o pesquisador, sinal de força e fragilidade. “O que acontece é que eles chegaram ao poder. Estão, como se diz, ‘à cavaleiro’. E ao mesmo tempo têm consciência da fragilidade e da falta de legitimidade do governo. Então é uma corrida contra o tempo para fazer tudo o mais rápido possível porque ninguém sabe o que virá”, diz Sestelo. “O SUS está sendo corroído por esse grupo que está querendo transformar a saúde num grande *business*. Temos princípios, diretrizes, práticas e mesmo uma estrutura física que, por mais que não seja suficiente, está sendo totalmente corroída”, analisa, por sua vez, Ialê Falleiros.

De volta para o futuro

Ialê estudou a organização dos empresários da saúde antes, durante e depois da Constituinte. Segundo a pesquisadora, foi exatamente a criação do Sistema Único que serviu como mola propulsora para o setor se organizar de maneira mais articulada. “Antes do SUS, a relação entre os empresários da saúde e os governos era muito mais direta”, conta ela, que explica que nem por isso eles deixavam de se organizar em grupos de interesse para questões específicas. “Já tinham associações – como a Federação Brasileira de Hospitais [FBH], a Confederação das Misericórdias [CMB] –, e já agiam por meio de sindicatos patronais. Os grupos médicos, que são os precursores dos planos de saúde, já eram representados pela Abrange [Associação Brasileira de Medicina de Grupo]. Mas esses grupos tinham interesses distintos, disputas internas. A partir da construção do SUS, eles perceberam que precisavam unir forças para se contrapor à proposta de universalização feita pela Reforma Sanitária, que vinha com tudo no contexto de redemocratização. Foram obrigados a elevar o seu grau de consciência e organização política, foram construindo essa ideia de cadeia produtiva. Não é à toa que no site do Coalizão Saúde aparece a imagem de uma corrente. Eles usam essa metáfora: são os elos da cadeia produtiva da saúde”, explica.

Na época, as entidades reunidas sob a liderança da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), vinculada à Confederação Nacional do Comércio, travaram as disputas na Constituinte e conseguiram brechas importantes, como a definição de que a saúde é livre à iniciativa privada. Mas não ganharam todas. “Longe disso”, diz Ialê. Uma das pautas defendidas pela Fenaess era que os governos destinassem recursos públicos para o atendimento médico-hospitalar sem distinção entre setor público e privado e “nem entre os diversos segmentos desse”, leia-se: empresas lucrativas. Os empresários da saúde de então também queriam um “sistema nacional de saúde” – não o SUS – que integrasse setor público e privado. Uma ideia que, ao que tudo indica, viajou no tempo e está de volta para o futuro. “Não deixa de ser sintomática essa sigla, Icos. Só falta uma letra para dizer tudo: eles são os ‘rIcos’ da saúde. E estão articulados para chegar à mesa de negociações com esse novo governo e incidir na Política Nacional de Saúde com força para fazer valer os seus interesses”, diz Ialê.

Balestrin contemporiza: “O desenho que se tinha naquela ocasião era uma drenagem de recursos do setor público para o setor privado. Nós estamos promovendo a questão da gestão. Se o setor privado tem algumas coisas que possam ser apreendidas e utilizadas pelo setor público, é exatamente a experiência com a gestão organizada, estruturada, dentro de um desenho absolutamente focado em resultado”, diz, lamentando que o Brasil seja “um dos poucos países do mundo” com um sistema nacional de saúde baseado em duas lógicas. A causa dessa ‘dualidade’ para Balestrin está no que, em um artigo publicado em 2015 no jornal O Estado de S. Paulo, ele caracterizou como “ranço ideológico”. “Nos últimos anos, temos visto no país uma tentativa maniqueísta de partir a sociedade entre ‘nós’ e ‘eles’. O afastamento entre bem e mal, bom e ruim criou uma realidade ilusória em diversos setores. Na saúde, essa dualidade se materializa na ruptura entre público e privado”. Para Balestrin a gestão direta é ideológica, e ideológicos são os grupos que defendem um SUS público e estatal. Já as propostas dos empresários não têm qualquer viés ideológico: “Não existe uma perspectiva política que não seja a perspectiva cidadã”, diz.

“O privado não pode dar a tônica. Para início de conversa, a saúde ‘suplementar’ deveria ser convergente ao SUS, ter sua lógica definida pelo Sistema, não se

contrapor a ele. O que vimos na prática foi o comércio de planos e seguros de saúde ser concorrencial ao SUS. E predatório. Entretanto se apresenta como ‘parceiro’. Essa mesma lógica é utilizada no Livro Branco. Eles dizem que querem a harmonia com o SUS, querem o público e o privado agindo juntos, integrados. Mas estão querendo inverter a relação: o SUS é que será complementar a eles”, observa Sestelo. O

No mundo

O fenômeno brasileiro se conecta com outras ‘ligas’ de empresários que fundam entidades mundo afora para influenciar governos e opinião pública. É o caso da recém-criada Aliança pela Transformação da Saúde (originalmente *Health Transformation Alliance*) que desde fevereiro deste ano une corporações gigantes como Coca-Cola, Shell, Intel, IBM e American Express com a meta comum de mudar a assistência à saúde nos Estados Unidos. Guardadas as enormes diferenças entre as realidades brasileira e americana, a fórmula empresarial se repete. Assim como a Coalizão Saúde, a Aliança é uma entidade sem fins lucrativos que divulga uma premissa: o sistema de saúde norte-americano é insustentável e custa muito caro. Lá, o objetivo anunciado é cortar o custo per capita e ao mesmo tempo melhorar a saúde por meio de propostas por vezes idênticas às tupiniquins, como obter informações dos prontuários dos pacientes ou “educar” as pessoas para que “tomem melhores decisões” de saúde, evitando “maus hábitos” de pacientes e médicos que, supostamente, “querem” e prescrevem exames sem necessidade.

LIBERDADE

Estilhaços de uma bomba jogada pela Polícia Militar de São Paulo num protesto contra o impeachment atingiram um olho da estu-

dante Deborah Fabri, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que perdeu a visão. Dias depois, a universidade ofereceu assistência psicológica à aluna e enviou um carro institucional para transportar o pai dela, que vinha de São Paulo a Santo André para visitar a filha. Em reação, um grupo organizado de estudantes da UFABC fez uma representação junto ao Ministério Público Federal denunciando a ajuda como um mau uso de recursos da universidade. O nome do grupo: UFABC *Livre*. No seu blog, o ‘movimento’ se insurge contra os “partidos de esquerda corruptos”, garante que “nossa bandeira nunca será vermelha” e afirma que vai começar por aquela universidade “a *libertação* do Brasil”. Na página no Facebook, não esconde a proximidade com um outro ‘libertário’, o Movimento Brasil *Livre* (MBL), que protagonizou as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O fato é que a palavra – ou a ideia – de liberdade está presente em boa parte dos movimentos e entidades mais conservadoras que ganharam espaço no contexto de crise política que atravessou o Brasil nos últimos anos. Garantir a liberdade de pensamento dos estudantes, por exemplo, é o principal objetivo anunciado pelo movimento Escola sem Partido, que criou um projeto de lei contra uma suposta doutrinação de esquerda nas escolas. No texto, no entanto, o projeto defende que não se deve considerar a liberdade de expressão do professor em sala de aula, alegando que esta (a liberdade do docente) impediria aquela (do aluno). Para combater os projetos de lei desse movimento, que tramitam em várias casas legislativas, um deputado federal criou um outro PL, que defende uma concepção e uma prática de educação diametralmente oposta. O nome? Escola *livre*. Para complicar ainda mais, esse foi também o nome do projeto do Escola sem Partido que foi aprovado no estado de Alagoas. “Isso revela uma coisa muito interessante, que é a vocação do conceito de liberdade de ser um conceito negativo desde a origem do liberalismo. O que significa que eu só afirmo a liberdade pela negação de outra liberdade. Esse atrito entre liberdades, que nunca foi resolvido pela História moderna, atualmente grita altíssimo”, analisa Claudio Gomes, filósofo e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

No espectro de partidos políticos, esse conceito também está em disputa. No Brasil, hoje, o partido eleitoral que colocou liberdade no nome, o PSOL, se apresenta como de esquerda e socialista. Mas basta atravessar um oceano para encontrar, na Áustria, por exemplo, uma sigla da extrema-direita nacionalista chamada *Partido Liberdade*. “As pessoas raramente realizam uma análise para ver o que está por trás desse conceito de liberdade. Quando isso é cruzado pela luta de classes, os trabalhadores vão invocar o valor da liberdade para realizar as suas demandas como, por exemplo, a liberdade de organização e de pensamento. E isso em alguns momentos se choca com a ordem burguesa”, exemplifica Mauro Iasi, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde ministra a disciplina de teoria política. Ele resume: “Nós sabemos que as palavras não têm significado em si mesmas, mas apenas na relação com o conjunto do pensamento ao qual elas se associam. No limite, a liberdade não é nada a não ser aquilo que os atores sociais a significam. Para a burguesia tem um significado, para os trabalhadores tem outro”.

Liberdade, indivíduo e sociedade

O “pensamento” ao qual a concepção prevalente de liberdade ainda hoje “se associa” remete ao liberalismo, uma doutrina surgida no final do século 17 e que deu suporte ao desenvolvimento das revoluções burguesas que viriam em seguida. “O liberalismo tem uma contribuição extraordinária na história do pensamento político e da sociabilidade de modo geral justamente porque é uma enorme força teórica contra o Absolutismo. O liberalismo consegue produzir uma ideia de homem protegido do poder absoluto”, explica Claudio, identificando nesse movimento a ‘origem’ do “homem moderno”. “É por isso que o que vai se caracterizar como liberdade se vincula a essa esfera inalienável de decisão a que chamam de consciência. Fundamentalmente, a palavra de ordem é: na consciência eu tenho liberdade, na minha consciência ninguém entra, ninguém arbitra”, diz, explicando que, nesse movimento, o liberalismo “inventou o indivíduo político”.

Ao promover a liberdade como um valor para o indivíduo, o liberalismo afirmou uma separação rigorosa em relação ao Estado. Isso é perfeitamente compreensível pelo contexto: afinal, era contra um poder centralizador e concentrado na figura do monarca que esse pensamento se insurgia. O importante, no entanto, é perceber que nem sempre foi assim. Vinte séculos antes, na Grécia Antiga, já se falava em liberdade, mas com um significado muito diferente. “Para Aristóteles, Platão, Sócrates, o ser humano está condicionado pelo seu pertencimento a um coletivo, ele faz parte de algo que é a sociedade. A noção de liberdade era a capacidade de o ser humano criar uma associação que lhe permitisse superar o estágio animal e entrar no estágio propriamente humano, que é o da arte, da política, da guerra, da filosofia. Então, esse era um atributo do ser enquanto ser social, não de um indivíduo”, explica Mauro.

Estado e capitalismo

Já na concepção liberal – e neoliberal, atualizada para nossos dias –, a ideia de liberdade não só está diretamente relacionada ao indivíduo como é indissociável da defesa da propriedade privada. “Assim como o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza um fundamento natural para o poder e o prestígio, a burguesia precisava de uma teoria que desse ao seu poder econômico também um fundamento natural, capaz de rivalizar com o poder político da realeza e o prestígio social da nobreza, e até mesmo suplantá-los. Essa teoria será a da propriedade privada como direito natural”, explica Marilena Chauí, no livro ‘Convite à filosofia’, referência para o ensino dessa disciplina nas escolas. Mas o que isso tem a ver com liberdade?

A explicação mais completa vem diretamente de John Locke, filósofo inglês que viveu entre o final do século 17 e o início do 18 e é considerado o pai do liberalismo político. Empenhado em desenvolver uma nova ‘teoria’ que desse conta das novas relações – crescentemente capitalistas – que começavam a surgir, ele defendeu que os homens, originalmente, viviam num “estado de natureza”, caracterizado pela completa liberdade e igualdade. Mas, segundo ele, já nesse estado de natureza estava presente o “direito natural” à propriedade privada. A terra – primeira expressão dessa propriedade – foi um presente de Deus, dado igualmente a todos os homens e aquele que se apropriasse e trabalhasse nela passaria a ser seu dono.

E é exatamente para proteger essa propriedade, adquirida como direito natural, que, segundo Locke, esse mesmo homem decide sacrificar a total liberdade de que dispunha no estado de natureza, se organizando em sociedade e criando a figura do Estado. “A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da

sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem em segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela”, diz Locke.

De acordo com Claudio Gomes, todo esse pensamento forma a “mitologia” que o liberalismo precisa para garantir a sociabilidade capitalista. Assim, defender a propriedade privada e as liberdades individuais a ela associadas passa a ser naturalizado como um processo em que a humanidade apenas preserva os direitos que, na verdade, ela já tinha antes. “O liberalismo cria a mitologia de que o homem é burguês, individualista e capitalista por natureza. E, portanto, cria a sociabilidade como a gente experimenta modernamente para preservar o que ele já era. É como se o capitalismo fosse pré-adâmico, da natureza do homem”, explica.

Por isso Locke pode afirmar, com tranquilidade, que a única finalidade do governo é a “conservação da propriedade”. Também por isso, mais de três séculos depois, movimentos e entidades como as que foram citadas na abertura desta matéria continuam defendendo posturas muito parecidas: “Estado e governo significam funcionalmente restrição à liberdade individual, pois constituem necessariamente concentração de poder. Devem, portanto, ser minimizados, isto é, ser contidos no âmbito de atribuições que não possam ser confiadas, a custo social razoável, aos particulares”, diz o texto de princípios do Instituto Liberal, do Rio de Janeiro, uma entidade de direita que se dedica a promover um “processo de conscientização” sobre os valores da liberdade individual e de mercado. Tudo igual ao que se propõe o outro Instituto Liberal, de São Paulo (Ilisp): “Nossa meta é apenas uma: tornar o Brasil um país onde as pessoas tenham plenos direitos à vida, liberdade e propriedade”.

Duas liberdades?

Mauro Iasi chama atenção para o fato de que, para o liberalismo, inspirado em Locke, a verdadeira liberdade é a liberdade civil. “O indivíduo pode fazer tudo aquilo que deseja desde que não seja proibido pela lei, desde que não fira os limites do pacto político e jurídico estabelecido”, diz, resumindo: “Isso é importante porque gera uma cisão entre duas esferas: o indivíduo é livre na esfera privada mas tem deveres na esfera pública”. E, para o professor, esse é o pulo do gato, o elemento fundamental para entender por que, neste momento, a liberdade está sendo apropriada como a palavra-chave do pensamento conservador. “Quem comanda os movimentos conservadores tenta capturar esse valor até na sua identidade nominativa – por exemplo, estão aí o MBL, o Instituto Liberal. É uma estratégia muito perversa. Porque eles afirmam um conteúdo particular da liberdade, mas dialogam com o conteúdo universal que está na consciência das pessoas, do senso comum. Defendem a liberdade para garantir os seus privilégios enquanto proprietários, mas dialogam com a liberdade como se significasse o meu direito de ir e vir, o direito de que os outros não se intrometam na minha vida”, explica, exemplificando com o caso do movimento Escola sem Partido que, na sua avaliação, alega defender as liberdades dos estudantes e pais para, na verdade, fazer com que apenas um partido prevaleça: “A noção de liberdade para o ideário burguês sempre oscila entre esses dois sentidos. Propagandisticamente eu divulgo o primeiro: o indivíduo é livre para ir aonde quiser, para fazer o que quiser, a liberdade é a coisa mais essencial do ser humano. Quando interessa, eu uso o segundo: mas a liberdade é limitada pelo direito, pela relação com os outros, com a sociedade, portanto, pelo Estado. Quando se quer garantir os interesses privados, usa-se essa segunda acepção negativa”. ○

(DES) FINANCIAMENTO DO SUS EM 8 MOMENTOS

Desde que foi criado, o SUS enfrenta um grave problema: faltam recursos. E os pesquisadores da área concordam: para tirar do papel princípios como universalidade, integralidade e equidade seria preciso muito mais investimentos públicos, principalmente por parte do governo federal. Ao longo de 28 anos, foram muitas idas e vindas:

1

DESDE O NASCIMENTO

Uma regra transitória da Constituição previa que a União deveria aplicar 30% do Orçamento da Seguridade Social em saúde. O percentual nunca foi respeitado.

2

CPMF

O argumento do governo FHC foi direcionar a arrecadação do tributo para a saúde, mas conforme os recursos entravam, o governo reduzia a participação de outras contribuições sociais no orçamento. Deixou de incidir em 2007.

3

EMENDA CONSTITUCIONAL 29

Em 2000 foi aprovada a emenda que vinculou as despesas federais com saúde ao crescimento do PIB e definiu os valores mínimos que deveriam ser alocados à saúde. De 2001 a 2004, a União deveria investir o valor do ano anterior corrigido pela inflação mais o crescimento da economia do país. A regra deveria ser aplicada até que a emenda fosse regulamentada.

RECURSOS DESVINCULADOS

No mesmo ano foi criada a Desvinculação de Receitas da União, permitindo à União aplicar 20% das receitas de tributos federais, que deveriam ir para áreas sociais, em qualquer despesa considerada prioritária – geralmente o pagamento da dívida pública. Em agosto passado, o Congresso ampliou esse valor para 30% e prorrogou a DRU até 2023.

REGULAMENTAÇÃO DE EC 29

O projeto original previa que a União deveria alocar 10% das Receitas Correntes Brutas para a saúde. O Congresso – articulado com o Executivo – mudou a regra para o valor empenhado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB. A mudança foi vista como insuficiente.

REAÇÃO DA SOCIEDADE

Mais de 2 milhões de assinaturas foram recolhidas para um projeto de lei de iniciativa popular, o Saúde+10, que propõe a alocação mínima de 10% das Receitas Correntes Brutas da União para o SUS. A Câmara engavetou o projeto em 2015.

4

EC 86: NOVA REGRA

Em 2015 a emenda mudou o cálculo do mínimo que a União deveria destinar para a saúde, estabelecendo um escalonamento dos percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL): de 13,2% em 2016 a 15% em 2020. Foi considerada um grande retrocesso. Já a PEC 01/2015, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em abril de 2016, amplia o escalonamento de percentuais da RCL – 14,8% no primeiro ano de vigência a 19,4% a partir do sétimo. A proposta aguarda para ser votada no plenário da Câmara.

5

6

TETO DE GASTOS

A PEC 241 é considerada o pior ataque ao financiamento das políticas sociais. Segundo o Ipea, se estivesse em vigor de 2003 a 2015, o governo federal teria deixado de investir R\$ 257 bilhões no SUS.

8

7



TRABALHO EDUCAÇÃO SAÚDE

Através do diálogo entre os três eixos que formam o título, o periódico científico editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz busca contribuir para a consolidação da produção científica na área de Educação Profissional em Saúde.

**Trabalho, Educação e Saúde
está em acesso livre nos sites:**

www.scielo.br/tes

www.revista.epsjv.fiocruz.br

**Também se encontra
disponível no Portal de
Periódicos da Fiocruz:**

www.periodicos.fiocruz.br

Informações:

Tel.: (21) 3865-9850

E-mail: revtes@fiocruz.br

Confira o conteúdo do volume 14, número 3:

EDITORIAL

A almetria e a interface entre a ciência e a sociedade

Fábio Castro Gouveia

ENSAIO

Trabalho, racionalização e emancipação: de Marx ao marxismo, e a volta

Marcílio Rodrigues Lucas

ARTIGOS

Conselhos locais de saúde: caminhos e (des)caminhos da participação social

Edgar Andrade Lisboa, Francis Sodré, Maristela Dalbello Araújo, Bruna Ceruti Quintanilha e Sara Gonçalves Luiz

Formação para o SUS: uma análise sobre as concepções e práticas pedagógicas em Saúde Coletiva

Patrícia Ribeiro Mattar Damiance, Vera Lúcia Pamplona Tonete, Ana Maria Lombardi Daibem, Maria de Lourdes da Silva Marques Ferreira e José Roberto de Magalhães Bastos

Nas trilhas da utopia: tecendo o projeto político-pedagógico em um curso de nutrição

Carla Rosane Paz Arruda Teo, Solange Maria Alves e Luciara Souza Gallina

Política de formação e Educação Permanente em Saúde no Brasil: bases legais e referências teóricas

Renata Lúcia Gigante e Gastão Wagner de Sousa Campos

Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde

Luiz Anildo Anacleto da Silva, Sandra Marcia Soares Schmidt, Helena Carolina Noal, Eduarda Signor e Iris Elizabete Messa Gomes

Desafios e potencialidades do processo de Educação Permanente em Saúde

Cristiane Peres, Roseli Ferreira da Silva e Patrícia Carla de Souza Della Barba

Integrando educação e trabalho: o caso do Permanecer SUS da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Wilton Nascimento Figueredo e Renata Meira Vêras

Etnozoologia e educação ambiental para escolas da Amazônia: experimentação de indicadores quantitativos

Paula Cristina Reale Rosa Bastos, Maria das Dores Correia Palha, Maria de Jesus da Conceição Ferreira Fonseca (in memoriam) e Alanna do Socorro Lima Silva

A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único de Saúde: metaestudo

Francisca Maria de Almeida Vargas, Mônica Cristina Nunes da Trindade, Gisele Damian Antônio e Marení Rocha Farias

Práticas de biossegurança no ensino técnico de enfermagem

Gerusa Ribeiro, Denise Elvira Pires de Pires e Magda Duarte dos Anjos Scherer

O lúdico, a escola e a saúde: a educação alimentar no gibi

Cláudia Sales de Alcântara e José Arimatea Barros Bezerra

A produção científica sobre terapia ocupacional: o silenciamento da relação trabalho-saúde

Renata da Silva de Faria, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Daniele Masterson Tavares Pereira Ferreira

Humanização na formação e no trabalho em saúde: uma análise da literatura

Lucilene Martorelli Ortiz Petin Medeiros e Sylvania Helena Souza da Silva Batista

RESENHAS

Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Marcel van der Linden. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 520 p.

Paulo Cruz Terra

Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave. Juarez Pereira Furtado e Eunice Nakamura (orgs.). São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2014, 432 p.

Nina Soalheiro